



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL

Portaria nº 142 de 01 de novembro de 2023

Designa membros para compor a Comissão de Processamento e Apoio para suporte aos servidores responsáveis pela condução técnica da modalidade pregão, bem como conjunto de pregoeiros com o fito de proporcionar o processamento dos certames no âmbito da Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL/RO.

O **SUPERINTENDENTE DE COMPRAS E LICITAÇÕES DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso das atribuições legais e regimentais previstas nos termos do art. 5º, inciso V, do Decreto nº 27.948, de 01 de março de 2023 e do art. 43 da Lei Complementar n. 965, de 20 de dezembro de 2017;

CONSIDERANDO o art. 13, inciso I, do Decreto Estadual nº 26.182, de 24 de junho de 2021, que atribui à autoridade competente do órgão promotor da licitação o direito de designar pregoeiros e membros da equipe de apoio; e

CONSIDERANDO o art. 7º da Portaria nº 184 de 24 de novembro de 2022 (id. 0033911142), que institui a Comissão de Processamento e Apoio para suporte aos servidores responsáveis pela condução técnica da modalidade pregão, e estabelece suas competências, com o fito de proporcionar o processamento dos certames no âmbito da Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL/RO,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo para desempenhar a função de Pregoeiro(a), conduzindo os certames dos pregões:

- I - Bruna Gonçalves Apolinário, matrícula n.º *****033;
- II - Bruna Karen Borges Rodrigues, matrícula n.º *****695;
- III - Camila Caroline Rocha Peres, matrícula n.º *****454;
- IV - Eralda Etra Maria Lessa, matrícula n.º *****483;
- V - Graziela Genoveva Ketes, matrícula n.º *****300;
- VI - Ivanir Barreira de Jesus, matrícula n.º *****122;
- VII - Izaura Taufmann Ferreira, matrícula n.º *****012;
- VIII - Maria do Carmo do Prado, matrícula n.º *****839
- XIX - Marina Dias de Moraes Taufmann, matrícula n.º *****886;
- X - Rogério Pereira Santana, matrícula n.º *****135; e
- XI - Ronaldo Alves dos Santos, matrícula n.º *****353.

Parágrafo único. Ficam designados à função de Pregoeiro(a) Substituto(a) os servidores abaixo, que desempenharão as atividades de estilo nas ausências e impedimentos de quaisquer titulares:

- I - Aline Lopes Espíndola, matrícula n.º *****588;

- II - Bianca Matias de Souza, matrícula n.º *****123;
- III - João Vítor Rodrigues de Souza, matrícula n.º *****886
- IV - Luciana Pereira de Souza, matrícula n.º *****520;
- V - Maíza Braga Barbeto, matrícula n.º *****844;
- VI - Marcos Silva Almeida Junior, matrícula n.º *****429;
- VII - Yago da Silva Teixeira, matrícula n.º *****800;
- VIII - Samir Paiva do Espirito Santo, matrícula n.º *****778
- IX - Thales Silva Souza, matrícula n.º *****450

Apoio:

Art. 2º Designar os seguintes membros para compor a Comissão de Processamento e

- I - Adriana de Oliveira da Silva, matrícula n.º *****763;
- II - Aline Cruz de Oliveira, matrícula n.º *****696;
- III - Aline Karen Rodrigues Aguada, matrícula n.º *****237;
- IV - Ana Caroline Silva Ferreira, matrícula n.º *****243;
- V - Ana Nyanne Batista Lemos, matrícula n.º *****137
- VI - Anikelle Lima Rodrigues, matrícula n.º *****779;
- VII - Ayanne Carmencita Ramos Dias, matrícula n.º *****964;
- VIII - Fernanda Kathleen de Oliveira Vicente, matrícula n.º *****234;
- IX - Gleidson Santos Oliveira, matrícula n.º *****532;
- X - Harrisson Lucas Oliveira Rodrigues, matrícula n.º *****731;
- XI - Janaina Muniz Lobato, matrícula n.º *****481;
- XII - Jéssica Bazán Padilha Graciliano, matrícula n.º *****071;
- XIII - Jhonatha Diogo Siqueira, n.º *****590
- XIV - Josélia Pagani Ferreira, matrícula n.º *****627;
- XV - Josineide Barbosa Leite Anastácio Ferreira, matrícula n.º *****255;
- XVI - Letícia Carpina Farias Casara, matrícula n.º *****797;
- XVII - Marcos Felipe Santos Silva, matrícula n.º *****049;
- XVIII - Maria Adriana Reis de Menezes, matrícula n.º *****810;
- XIX - Maria Carolina de Carvalho, matrícula n.º *****196;
- XX - Matheus Breves Chíxaro Lobo, matrícula n.º *****032;
- XXI - Michael Mendes Ribeiro, matrícula n.º *****676;
- XXII - Nadiane da Costa Laia, matrícula n.º *****769;
- XXIII - Rita de Cássia Ferreira Dantas, matrícula n.º *****870;
- XXIV - Roberta Arroio, matrícula n.º *****701;
- XXV - Roseanna Nascimento Alves da Silva, matrícula n.º *****478
- XXVI - Saulo Freires Lima, matrícula n.º *****229;
- XXVII - Sidmar Wesley Correa dos Santos n.º ***** e
- XXVIII - Tatiana Christine Rachid Bruxel, matrícula n.º *****493;

Parágrafo único. Os servidores indicados no parágrafo único, do Art. 1º, desempenharão a função de membro de Comissão de Processamento e Apoio quando não estiverem representando a função de Pregoeiros Substitutos.

Art. 3º Revogar a Portaria nº 73 de 18 de julho de 2023 (id. SEI! 0040085313), publicada no [DOE n.º 135](#), pp. 25-26, de 19 de julho de 2023.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência. Publique-se. Cumpra-se.

Israel Evangelista da Silva

Superintendente de Compras e Licitações do Estado de Rondônia



Documento assinado eletronicamente por **Israel Evangelista da Silva, Superintendente**, em 06/11/2023, às 10:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0043188336** e o código CRC **EC4CE454**.



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL

INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 612/2023/SUPEL/RO

A SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES, por meio da **Portaria nº 142/GAB/SUPEL**, publicada no DOE na data de 6 de novembro de 2023, torna público que se encontra autorizada a realização da licitação na modalidade de **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, sob o nº **612/2023/SUPEL/RO**, do tipo **MENOR PREÇO**, adjudicação **POR ITEM**, método de disputa: **ABERTO. AMPLA PARTICIPAÇÃO sem** a reserva de cota no total de **até 25% às empresas ME/EPP**, tendo por finalidade a qualificação de empresas e a seleção da proposta mais vantajosa, conforme disposições descritas neste edital e seus anexos, em conformidade com as Leis Federais nº 10.520/02 e nº 8.666/93 e suas alterações a qual se aplica subsidiariamente a modalidade de Pregão, com os Decretos Estaduais nº 26.182/2021, nº 16.089/2011 e Lei Complementar nº 123/2006, com a Lei Estadual nº 2414/2011, e demais legislações vigentes, tendo como interessada a **Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental - SEDAM**.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº	0028.013702/2023-40
OBJETO:	Aquisição de switches , visando atender as necessidades básicas desta Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental – SEDAM .
PROGRAMA DE TRABALHO:	2164
ELEMENTRO DE DESPESA:	44.90.52
FONTE DE RECURSO:	1.708.0.00001 e/ou 2.708.0.00001
VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:	R\$ 778.480,79
DATA DE ABERTURA:	19 de janeiro de 2024 às 10h00m. (Horário de Brasília - DF)
ENDEREÇO ELETRÔNICO Nº:	https://www.comprasgovernamentais.gov.br/
CÓDIGO DA UASG:	925373
LOCAL:	O Pregão Eletrônico será realizado por meio do endereço eletrônico acima mencionado, por meio do(a) Pregoeiro(a) e equipe de apoio.

EDITAL:	O Instrumento Convocatório e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis para consulta e retirada no endereço eletrônico acima mencionado, e, ainda, no site www.rondonia.ro.gov.br/supel . Maiores informações e esclarecimentos sobre o certame serão prestados pelo(a) Pregoeiro(a) e Equipe de Apoio, na Superintendência Estadual Licitações, pelo telefone (69) 3212-9243, ou no endereço sito a Av. Farquar, 2986, Bairro: Pedrinhas, Complexo Rio Madeira, Ed. Pacaás Novos, 2º Andar, em Porto Velho/RO - CEP: 76.801-470.
Bruna Gonçalves Apolinário Pregoeira/SUPEL - RO	

AVISO

Recomendamos aos licitantes a leitura atenta às condições/exigências expressas neste edital e seus anexos, notadamente quanto ao credenciamento, objetivando uma perfeita participação no certame licitatório.

Dúvidas: (69) 3212-9243

NOTA

INFORMAMOS AOS LICITANTES QUE MEDIANTE A AUSÊNCIA DE DESCRIÇÕES IDÊNTICAS DE ALGUNS ITENS POR OCASIÃO DO CADASTRAMENTO JUNTO AO SISTEMA COMPRAS DO GOVERNO FEDERAL, OS MESMOS FORAM CADASTRADOS COM DESCRITIVOS SIMILARES. TODAVIA, PARA CADASTRAMENTO DAS PROPOSTAS, DEVE-SE OBSERVAR E ATENDER OS DESCRITIVOS INFORMADOS NA SAMS - ANEXO III DO EDITAL, A QUAL CONTÊM AS DESCRIÇÕES FIDEDÍGNAS DOS ITENS.

1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1. PREÂMBULO:

A SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES, por meio da **Portaria nº 142/GAB/SUPEL**, publicada no DOE na data de 6 de novembro de 2023, torna público que se encontra autorizada a realização da licitação na modalidade de **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, sob o nº **612/2023/SUPEL/RO**, do tipo **MENOR PREÇO**, adjudicação **POR ITEM**, método de disputa: **ABERTO. AMPLA PARTICIPAÇÃO** sem a reserva de cota no total de **até 25% às empresas ME/EPP**, tendo por finalidade a qualificação de empresas e a seleção da proposta mais vantajosa, conforme disposições descritas neste edital e seus anexos, em conformidade com as Leis Federais nº 10.520/02 e nº 8.666/93 e suas alterações a qual se aplica subsidiariamente a modalidade de Pregão, com os Decretos Estaduais nº 26.182/2021, nº 16.089/2011 e Lei Complementar nº 123/2006, com a Lei Estadual nº 2414/2011, e demais legislações vigentes, tendo como interessada a **Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental - SEDAM**.

1.1.1. A Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação – SLTI, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, atua como Órgão provedor do Sistema Eletrônico;

1.1.2. Sempre será admitido que o presente Edital de Licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, foi cuidadosamente examinado pelas LICITANTES, sendo assim, não se isentarão do fiel cumprimento dos dispostos neste edital e seus anexos, devido à omissão ou negligência oriunda do desconhecimento ou falsa interpretação de quaisquer de seus itens;

1.1.3. O instrumento convocatório e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis, para conhecimento e retirada, no endereço eletrônico: <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/>.

1.1.4. A sessão inaugural deste PREGÃO ELETRÔNICO dar-se-á por meio do sistema eletrônico, na data e horário, conforme abaixo:

DATA DE ABERTURA: 19 de janeiro de 2024.

HORÁRIO: 10h00m. (HORÁRIO DE BRASÍLIA – DF)

ENDEREÇO ELETRÔNICO: <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/>

1.1.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e locais estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação do(a) Pregoeiro(a) em contrário.

1.1.6. Os horários mencionados neste Edital de Licitação referem-se ao horário oficial de Brasília - DF.

1.2. DA FORMALIZAÇÃO E AUTORIZAÇÃO:

1.2.1. Esta Licitação encontra-se formalizada e autorizada por meio do Processo Administrativo nº **0028.013702/2023-40**, e destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo de que lhe são correlatos.

1.2.2. O processo acima mencionado poderá ser consultado por meio do Sistema Eletrônico de Informações-SEI (<https://www.sei.ro.gov.br/sobre>).

2. DAS DISPOSIÇÕES DO OBJETO

2.1. Do Objeto: Aquisição de switches, visando atender as necessidades básicas desta Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental – SEDAM.

2.1.1. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no endereço eletrônico – [COMPRAS.GOV.BR/CATMAT](https://www.compras.gov.br/CATMAT), e as especificações constantes no ANEXO I deste Edital – Termo de Referência, prevalecerão as últimas;

2.2. Local/Horários/Entrega: Ficam aquelas estabelecidas [no item 10.1. e 10.3. do Anexo I – Termo de Referência](#), as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

2.3. Prazo/Cronograma de Entrega: Ficam aquelas estabelecidas [no item 10.2, 10.3. e 12. do Anexo I – Termo de Referência](#), as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

2.4. Garantia/Validade: Ficam aquelas estabelecidas [no item 12. do Anexo I – Termo de Referência](#), os quais foram devidamente aprovados pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

2.5. Do Recebimento: Ficam aquelas estabelecidas [no item 10.10. do Anexo I – Termo de Referência](#), as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

3. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

3.1. Até **03 (três) dias úteis que anteceder a abertura da sessão pública**, qualquer pessoa e licitante poderá IMPUGNAR o instrumento convocatório deste PREGÃO ELETRÔNICO, conforme art.

24 do Decreto Estadual nº 26.182, DE 24 DE JUNHO DE 2021 devendo o licitante mencionar o número do pregão, o ano e o número do processo licitatório, manifestando-se **PREFERENCIALMENTE** via e-mail: atendimentosupel@gmail.com (ao transmitir o e-mail, o mesmo deverá ser confirmado pelo(a) Pregoeiro(a) e/ou equipe de apoio responsável, para não tornar sem efeito, pelo telefone **(069) 3212-9243**, ou ainda, protocolar o original junto a Sede desta Superintendência de Licitações, no horário das 07h30min. às 13h30min., de segunda-feira a sexta-feira, situada na Av. Farquar, 2986 - Bairro: Pedrinhas - Complemento: Complexo Rio Madeira, Ed. Prédio Central – Rio Pacaás Novos, 2º Andar em Porto Velho/RO - CEP: 76.801-470, Telefone: (0XX) 69.3212-9242.

3.1.1. Caberá o(a) Pregoeiro(a), auxiliada pela equipe de apoio, **decidir sobre a impugnação no prazo de até 1 (um) dia útil antecedente à data marcada para a abertura da licitação.**

3.1.2. A decisão do(a) Pregoeiro(a) quanto à **impugnação** será informada **preferencialmente via e-mail (aquele informado na impugnação), e ainda através do campo próprio do Sistema Eletrônico do site Compras.gov.br**, ficando o licitante obrigado a acessá-lo para obtenção das informações prestadas pelo(a) Pregoeiro(a).

3.1.4. Acolhida à impugnação contra o ato convocatório, desde que altere a formulação da proposta de preços, será definida e publicada nova data para realização do certame.

3.1.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos Autos do processo de licitação.

4. DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E INFORMAÇÕES ADICIONAIS QUE DEVERÃO SER INCONDICIONALMENTE OBSERVADOS

4.1. Os pedidos de esclarecimentos, decorrentes de dúvidas na interpretação deste Edital e seus anexos, e as informações adicionais que se fizerem necessárias à elaboração das propostas, referentes ao processo licitatório deverão ser enviados o(a) Pregoeiro(a), **até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública do PREGÃO ELETRÔNICO**, conforme art. 23 do Decreto Estadual nº 26.182/2021, manifestando-se **PREFERENCIALMENTE** via e-mail: atendimentosupel@gmail.com (ao transmitir o e-mail, o mesmo deverá ser confirmado pelo(a) Pregoeiro(a) e/ou equipe de apoio responsável, para não tornar sem efeito, pelo telefone (069) 3212-9243 ou ainda, protocolar o original junto a Sede desta Superintendência, no horário das 07h: 30min. às 13h:30min. (Horário de Rondônia), de segunda-feira a sexta-feira, situada na Av. Farquar, 2986 - Bairro: Pedrinhas Complemento: Complexo Rio Madeira, Ed. Pacaás Novos - 2º Andar, em Porto Velho/RO - CEP: 76.801-470, Telefone: 69.3212-9242, devendo o licitante mencionar o número do Pregão, o ano e o número do processo licitatório.

4.1.1. **O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos até a data definida para a sessão inaugural e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.** Caso contrário, o(a) Pregoeiro(a) antes da data e horário previsto suspenderá o certame licitatório, para confecção da resposta pretendida, e assim, definir uma nova data para a realização do referido certame.

4.1.2. **As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração**

4.2. As respostas às dúvidas formuladas, bem como as informações que se tornarem necessárias durante o período de elaboração das propostas, ou qualquer modificação introduzida no edital no mesmo período, serão encaminhadas em forma de aviso de erratas, adendos modificadores ou notas de esclarecimentos, às licitantes que tenham adquirido o Edital.

5. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5.1. A participação nesta licitação importa à proponente na irrestrita aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, bem como, a observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos. A não observância destas condições ensejará no sumário

IMPEDIMENTO da proponente, no referido certame.

5.1.1. Não cabe aos licitantes, após sua abertura, alegação de desconhecimento de seus itens ou reclamação quanto ao seu conteúdo. Antes de elaborar suas propostas, as licitantes deverão ler atentamente o Edital e seus anexos, devendo estar em conformidade com as especificações do [ANEXO I \(TERMO DE REFERÊNCIA\)](#).

5.2. Como requisito para participação no certame o Licitante deverá declarar, em campo próprio do Sistema Eletrônico: **Ciência as regras do edital**, assumindo que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta de preços está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório, bem como a descritiva técnica constante do [ANEXO I \(TERMO DE REFERÊNCIA\)](#).

5.2.1. A falsidade das declarações, que trata o **subitem 5.2**, sujeitará o licitante às sanções previstas no Decreto Estadual nº 26.182/2021, Edital e nas demais cominações legais.

5.2.2. Os licitantes interessados em usufruir dos benefícios estabelecidos pela Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, deverão atender às regras de identificação, atos e manifestação de interesse, bem como aos demais avisos emitidos pelo Pregoeiro ou pelo sistema eletrônico, nos momentos e tempos adequados.

5.3. Poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO as empresas que:

5.3.1. Atendam às condições deste EDITAL e seus Anexos, inclusive quanto à documentação exigida para habilitação, e estiverem devidamente credenciados na Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação – SLTI, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio do site www.comprasgovernamentais.gov.br/;

5.3.2. Poderão participar desta Licitação, somente empresas que estiverem regularmente estabelecidas no País, cuja finalidade e ramo de atividade seja compatível com o objeto desta Licitação.

5.3.3. Poderão participar cooperativas e outras formas de associativismo, desde que, dependendo da natureza do serviço, não haja, quando da execução contratual, a caracterização do vínculo empregatício entre os executores diretos dos serviços (cooperados) e a pessoa jurídica da cooperativa ou a própria Administração Pública.

5.3.4. As Licitantes interessadas deverão proceder ao credenciamento antes da data marcada para início da sessão pública via internet.

5.3.5. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no site www.comprasgovernamentais.gov.br.

5.3.6. O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica na responsabilidade legal única e exclusiva do Licitante, ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

5.3.7. O uso da senha de acesso pelo Licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema, ou da Superintendência Estadual de Licitações - SUPEL, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que, por terceiros.

5.3.8. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas ao provedor do Sistema para imediato bloqueio de acesso.

5.3.9. Como requisito para participação deste Pregão Eletrônico, a licitante deverá manifestar, em campo próprio do Sistema Eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta encontra-se em conformidade com as exigências previstas neste Edital, ressalvados os casos de participação de microempresa e de empresa de pequeno porte, no que concerne a regularidade fiscal.

5.3.10. Empresas que apresentarem plano de recuperação judicial homologados pelo juízo competente conforme art. 58 da Lei 11.101/2005, ficando dispensadas da apresentação das certidões

negativas de regularidade fiscal e trabalhista.

5.4. Não poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO, empresas que estejam enquadradas nos seguintes casos:

5.4.1. Que se encontrem sob falência, concurso de credores, dissolução ou liquidação;

5.4.2. Sob a forma de consórcio;

5.4.3. Empresa declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública (Federal, Estadual e Municipal), durante o prazo de sanção; conforme art. 87, inciso IV, da Lei nº 8.666/93;

5.4.4. Empresa impedida de licitar e contratar com o Estado de Rondônia, durante o prazo da sanção; conforme art. 7º, da Lei nº 10.520/2002;

5.4.5. Empresa punida com suspensão temporária (art. 87, inciso III, da Lei nº 8.666/93) do direito de licitar e contratar com o Órgão/Entidade Contratante, durante o prazo o prazo de sanção;

5.4.6. Empresário proibido de contratar com o Poder público, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa), durante o prazo de sanção;

5.4.7. Empresário proibido de contratar com a Administração Pública, em razão do disposto no art. 72, parágrafo 8º, inciso V, da Lei nº 9.605/98 (Lei de Crimes ambientais), durante o prazo de sanção;

5.4.8. Estrangeiras que não funcionem no País;

5.5. Não poderão concorrer direta ou indiretamente nesta licitação:

5.5.1. Servidor ou dirigente de órgão ou Entidade contratante ou responsável pela licitação, conforme [art. 9º, inciso III, da Lei Federal nº 8.666/93](#).

5.5.2. É vedada a participação de servidor público na qualidade de diretor ou integrante de conselho da empresa licitante, participante de gerência ou Administração da empresa, ou exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário. Conforme preceitua artigo 12 da Constituição Estadual c/c artigo 155 da Lei Complementar 68/92.

5.5.3. A Licitante arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta de preços, independente do resultado do procedimento licitatório.

5.5.4. Uma Licitante, ou grupo, suas filiais ou empresas que fazem parte de um mesmo grupo econômico ou financeiro, somente poderá apresentar uma única proposta de preços. Caso uma Licitante participe em mais de uma proposta de preços, estas propostas de preços não serão levadas em consideração e serão rejeitadas pela Entidade de Licitação.

5.5.4.1. Para tais efeitos entende-se que, fazem parte de um mesmo grupo econômico ou financeiro, as empresas que tenham diretores, acionistas (com participação em mais de 5%), ou representantes legais comuns, e aquelas que dependam ou subsidiem econômica ou financeiramente a outra empresa.

6. DA QUALIFICAÇÃO DAS ME, EPP, AGRICULTORES FAMILIARES, PRODUTORES RURAIS PESSOA FÍSICA, MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS E SOCIEDADES COOPERATIVAS DE CONSUMO

6.1. As microempresas e das empresas de pequeno porte e empresas equiparadas a ME/EPP, agricultores familiares, produtores rurais, pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas de consumo devem atender as disposições estabelecidas na Lei Complementar nº 123, de 14 de

dezembro de 2006 e demais normas de estilo para fins de fruição dos benefícios ali dispostos.

6.2. O licitante enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, em campo próprio do Sistema, que atende aos requisitos do art. 3º da LC nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 e 49 da mesma Lei, para fazer jus aos benefícios previstos.

7. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS

7.1. O julgamento da Proposta de Preços dar-se-á pelo critério de **MENOR PREÇO POR ITEM**, observadas as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho definidos no Edital.

8. DO REGISTRO (INSERÇÃO) DA PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO NO SISTEMA ELETRÔNICO

8.1. A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha privativa do Licitante a partir da data da liberação do Edital no site www.comprasgovernamentais.gov.br, até o horário limite de início da Sessão Pública, horário de Brasília, devendo ser encaminhado, exclusivamente por meio do sistema, **concomitantemente os documentos de habilitação e proposta** conforme as exigências do Edital.

8.1.1. Os licitantes que não anexarem o documento disposto no **item 8.1** serão desclassificados, não podendo alegar desconhecimento da exigência acima.

8.1.2. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006 e alterações.

8.1.3. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

8.1.4. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento da fase de lances.

8.1.5. O Licitante será inteiramente responsável por todas as transações assumidas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como verdadeiras e firmes suas propostas e subseqüentes lances, se for o caso, bem como acompanhar as operações no sistema durante a sessão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

8.1.6. As **propostas de preços e documentos de habilitação** registradas no Sistema Compras.gov.br, implicarão em plena aceitação, por parte da Licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos;

8.2. Após a divulgação do Edital no endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br, as Licitantes deverão **REGISTRAR** suas propostas de preços, no campo "**DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO**", contendo a **DESCRIÇÃO DO OBJETO OFERTADO**, incluindo **QUANTIDADE, PREÇO** e a **MARCA (CONFORME SOLICITA O SISTEMA COMPRAS.GOV.BR)**, até a data e hora marcada para a abertura da sessão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de proposta.

8.2.1. As propostas registradas no Sistema **COMPRAS.GOV.BR NÃO DEVEM CONTER NENHUMA IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA PROPONENTE**, visando atender o princípio da impessoalidade e preservar o sigilo das propostas.

8.2.1.1. A vedação de identificação que trata o subitem 8.2.1 refere-se ao cadastramento da proposta no sistema eletrônico de compras.

8.4. O licitante deverá obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e seus anexos. Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no **COMPRAS.GOV.BR** e as **especificações constantes no ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA)**, prevalecerão as últimas.

8.5. Na Proposta de Preços **registrada/inserida** no sistema deverão estar incluídos todos os insumos que o compõem, tais como: despesas com mão-de-obra, materiais, equipamentos, impostos, taxas, fretes, descontos e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto desta licitação, os quais deverão compor sua proposta.

8.5.1. A Proposta de Preços a ser elaborada deverá estar em estrita conformidade com a relação do objeto constante no Termo de Referência e será solicitado à licitante provisoriamente colocada em primeiro lugar a apresentação de folder/prospecto/catálogo do produto ofertado para comprovação das especificações técnicas do objeto. A ausência do fornecimento do folder/prospecto/catálogo do produto ofertado, por si só, não será motivo para desclassificar a proposta da empresa.

8.6. O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias.

8.7. Decorridos 90 (noventa) dias da data de entrega das propostas, sem convocação para contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

9. DA FORMULAÇÃO DE LANCES, CONVOCAÇÃO DAS ME/EPP E CRITÉRIOS DE DESEMPATE

9.1. A partir da data e horário estabelecido no subitem 1.1.4 de conformidade com o estabelecido neste Edital, o(a) Pregoeiro(a) abrirá a sessão pública, verificando as propostas de preços lançadas no sistema, as quais deverão estar em perfeita consonância com as especificações e condições detalhadas no [Item 8.2](#) do Edital.

9.1.1. O(a) Pregoeiro(a) **poderá** suspender a sessão para visualizar e analisar, preliminarmente, a proposta ofertada que se encontra inserida no campo “**DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO**” do sistema, confrontando suas características com as exigências do Edital e seus anexos (**podendo, ainda, ser analisado pelo órgão requerente**), **DESCLASSIFICANDO**, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade, que forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis.

9.2. Constatada a existência de proposta incompatível com o objeto licitado ou manifestadamente inexecutável, o(a) Pregoeiro(a) obrigatoriamente justificará, por meio do sistema, e então **DESCLASSIFICARÁ**.

9.3. AS LICITANTES DEVERÃO MANTER A IMPESSOALIDADE, NÃO SE IDENTIFICANDO, SOB PENA DE SEREM **DESCLASSIFICADAS** DO CERTAME PELO(A) PREGOEIRO(A).

9.4. Em seguida ocorrerá o início da etapa de lances, via Internet, única e exclusivamente, no site <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/> conforme Edital.

9.5. Todas as licitantes poderão apresentar lances para os **ITENS** cotados, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

9.5.1. O lance será realizado considerando o VALOR TOTAL DE CADA ITEM.

9.6. Assim como será lançado na proposta de preços, que deverá conter o **MENOR PREÇO POR ITEM** ofertado, os lances serão ofertados observando que somente **serão aceitos lances em moeda corrente nacional (R\$), com VALORES UNITÁRIOS E TOTAIS com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no Anexo I - Termo de Referência.**

9.7. As licitantes poderão oferecer lances menores e sucessivos, observado o horário fixado e as regras de sua aceitação;

9.8. A licitante somente poderá oferecer lances inferiores ao último por ele ofertado e registrado no sistema;

9.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser:

a) 2% (dois por cento) - quando o valor total estimado do item for igual ou inferior a R\$ 1.000.000,00

b) 1% (um por cento) - quando o valor total estimado do item for superior a R\$

1.000.000,00

9.9. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

9.10. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

9.11. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

9.12. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

9.13. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

9.14. Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelas demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance;

9.15. Sendo efetuado lance manifestamente inexecutável, o(a) Pregoeiro(a) poderá alertar o proponente sobre o valor cotado para o respectivo item, através do sistema, o excluirá, podendo o mesmo ser confirmado ou reformulado pelo proponente;

9.15.1. A exclusão de lance é possível somente durante a fase de lances, conforme possibilita o sistema eletrônico, ou seja, antes do encerramento do item;

9.15.2. O proponente que encaminhar o lance com valor aparentemente inexecutável durante o período de encerramento aleatório, e, não havendo tempo hábil, para exclusão e/ ou reformulação do lance, caso o mesmo não honre a oferta encaminhada, terá sua proposta **DESCCLASSIFICADA** na fase de aceitabilidade;

9.16. No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o Sistema Eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances;

9.16.1. O(a) Pregoeiro(a), quando possível, dará continuidade a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados;

9.16.2. Quando a desconexão persistir por tempo superior a **10 (dez) minutos**, a sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes, através do CHAT MENSAGEM, no endereço eletrônico utilizado para divulgação no site <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/>

9.16.2.1. Por outro lado, caberá ao licitante acessar o Portal de Compras Governamentais e manter-se atualizado diariamente quanto ao reinício e/ou continuidade de sessão licitatória, não podendo alegar qualquer prejuízo caso assim não o faça.

9.17. Incumbirá à licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão;

9.18. A desistência em apresentar lance implicará exclusão da licitante da etapa de lances e na manutenção do último preço por ela apresentado, para efeito de ordenação das propostas de preços;

9.19. Após o encerramento da etapa de lances, será verificado se há empate entre as licitantes que neste caso, será concedido os benefícios as Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP e equiparadas, conforme determina o art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, o qual será **CONTROLADO SOMENTE PELO SISTEMA COMPRAS.GOV.BR;**

9.19.1. Será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços, na forma preconizada no art. 3º, § 2º, incisos II, III, IV e V e art. 45, §2º, ambos da Lei Federal nº 8.666/93, após

obedecido o disposto nos subitens antecedentes, o sistema Compras.gov.br **classificará automaticamente o licitante que primeiro ofertou o último lance.**

10. DA NEGOCIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

10.1. Após finalização dos lances haverá negociações e atualizações dos preços por meio do CHAT MENSAGEM do sistema Compras.gov.br, devendo o(a) Pregoeiro(a) examinar a compatibilidade dos preços em relação ao estimado para contratação, **apurado pelo Setor de Pesquisa e Cotação de Preços da SUPEL/RO, bem como, se o valor unitário e total encontram-se com no máximo 02 (duas) casas decimais;**

10.1.1. O(a) Pregoeiro(a) não aceitará e não adjudicará o item cujo preço seja superior ao estimado (valor de mercado) para a contratação, apurado pelo Setor de Pesquisa e Cotação de Preços da SUPEL/RO.

10.1.2. Serão aceitos somente preços em moeda corrente nacional (R\$), com VALORES UNITÁRIOS E TOTAIS com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA. Caso seja encerrada a fase de lances, e a licitante divergir com o exigido, o(a) Pregoeiro(a), poderá convocar no CHAT MENSAGEM para atualização do referido lance, e/ou realizar a atualização dos valores arredondando-os PARA MENOS automaticamente caso a licitante permaneça inerte.

10.1.2.1. Caso seja encerrada a fase de lances, e a licitante divergir com o exigido no item 10.1.2, o(a) Pregoeiro(a), poderá convocar no CHAT MENSAGEM para atualização do referido lance, e/ou realizar a atualização dos valores arredondando-os PARA MENOS automaticamente, ficando desde já os licitantes cientes.

10.2. O pregoeiro **poderá** solicitar ao licitante melhor classificado que, no prazo de até 120 (cento e vinte) minutos, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos *documentos complementares*, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados

11. DA ACEITAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

11.1. Cumpridas as etapas anteriores, o(a) Pregoeiro(a) verificará a aceitação da licitante conforme disposições contidas no presente Edital.

11.1.1. Toda e qualquer informação, referente ao certame licitatório, será transmitida pelo(a) Pregoeiro(a), por meio do CHAT MENSAGEM;

11.2. Se a proposta de preços não for aceitável, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta de preços subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta de preços que atenda ao Edital;

11.2.1 Constatada a existência de proposta incompatível com o objeto licitado ou manifestadamente inexecutável, o(a) Pregoeiro(a) obrigatoriamente justificará, por meio do sistema, e então **DECLASSIFICARÁ.**

11.2.1.1 O proponente que encaminhar o valor inicial de sua proposta manifestadamente inexecutável, caso o mesmo não honre a oferta encaminhada, terá sua proposta rejeitada na fase de aceitabilidade.

11.2.1.2 Quando houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, será oportunizado ao licitante o Princípio do Contraditório e da Ampla Defesa, para que querendo esclareça a composição do preço da sua proposta, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do [§ 3º do artigo 43 da Lei Federal nº 8.666/93](#).

11.2.1.3. Se, no curso da licitação, depreender indício de que o levantamento prévio de preços padece de fragilidade, a Pregoeira poderá diligenciar a disparidade dos preços ofertados pelos participantes em razão da estimativa inicial.

11.3. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades estabelecidas neste Edital;

11.4. O julgamento da Proposta de Preços dar-se-á pelo critério estabelecido no [ITEM 7.1](#)

deste edital de licitação;

11.5. Para ACEITAÇÃO da proposta, o (a) Pregoeiro (a) e equipe de apoio analisará a proposta anexada ao sistema quanto à conformidade do objeto proposto com o solicitado no Edital.

11.5.1. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar relacionado à proposta, bem como a proposta ajustada ao valor do último lance ofertado e/ou valor negociado, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de até 2 (duas) horas se outro prazo não for fixado: .

11.5.2. Caso a empresa identifique a necessidade de reenvio de documento (proposta ou prospecto) a solicitação deverá ser realizada dentro do prazo estabelecido no [subitem 11.5.1](#) do Edital.

11.5.3. Caso o Pregoeiro entenda necessário, **DEVERÁ convocar PROSPECTO/FOLDER/CATÁLOGO/ ENCARTES/FOLHETOS TÉCNICOS EM PORTUGUÊS OU LINKS OFICIAIS QUE O DISPONIBILIZEM**, onde constem as especificações técnicas e a caracterização dos mesmos, permitindo a consistente avaliação dos itens.

11.5.4. O ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS, SOLICITADA NO SUBITEM 11.5, DEVERÁ SER ANEXADA CORRETAMENTE NO SISTEMA COMPRAS.GOV.BR, SENDO A MESMA COMPACTADA EM 1 (UM) ÚNICO ARQUIVO (excel, word, Zip, doc, docx, JPG ou PDF), TENDO EM VISTA QUE O CAMPO DE INSERÇÃO É ÚNICO; A SUPEL CUMPRIRÁ RIGOROSAMENTE O ART. 7º DA LEI Nº 10.520/02.

11.5.5. Caso a licitante de menor lance seja desclassificada, serão convocadas as licitantes na ordem de classificação de lance.

11.6. Toda e qualquer informação, referente à convocação do anexo será transmitida pelo(a) Pregoeiro(a), via sistema ou por meio do CHAT MENSAGEM, ficando os licitantes obrigados a acessá-lo;

11.7. Havendo apenas uma oferta, esta poderá ser aceita, desde que atenda a todos os termos do Edital e seu preço seja compatível com o valor estimado da contratação, e atualizado;

11.8. Se a proposta ou lance de menor valor não for aceitável, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda este Edital.

11.8.1 Na situação em que houver oferta ou lance considerado qualificado para a classificação, o(a) Pregoeiro(a) poderá negociar com a licitante para que seja obtido um preço melhor.

11.9. A aceitação da proposta poderá ocorrer em momento ou data posterior a sessão de lances, a critério do(a) Pregoeiro(a) que comunicará às licitantes por meio do sistema eletrônico, via CHAT MENSAGEM;

11.10. (a) Pregoeiro(a) **poderá** encaminhar, pelo Sistema Eletrônico, contraproposta diretamente a licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido um preço justo, bem assim decidir sobre a sua aceitação, divulgando ACEITO, e passando para a fase de habilitação;

11.13. A(s) empresa(s) participante(s) do certame deverá(ão) apresentar a(s) proposta(s) de preço(s) constando todos os custos envolvidos, onde deverão ser especificados os valores por item constando no final o valor geral a ser pago pela CONTRATANTE.

12. DAS CORREÇÕES ADMISSÍVEIS

12.1. Nos casos em que o(a) Pregoeiro(a) constatar a existência de erros numéricos nas propostas de preços, sendo estes não significativos, proceder-se-á as correções necessárias para a apuração do preço final da proposta, obedecendo às seguintes disposições

12.1.1. Havendo divergências entre o preço final registrado sob a forma numérica e o valor apresentado por extenso, prevalecerá este último;

12.1.2. Havendo divergências nos subtotais, provenientes dos produtos de quantitativos por preços unitários, o(a) Pregoeiro(a) procederá à correção dos subtotais, mantendo os preços unitários e alterando em consequência o valor da proposta.

13. DA HABILITAÇÃO DA(S) LICITANTE(S)

13.1. Concluída a fase de ACEITAÇÃO, ocorrerá a fase de habilitação da(s) licitantes(s);

13.1.2. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF e/ou Cadastro Geral de Fornecedores – CAGEFOR da SUPEL, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

13.1.3. Os cadastros supramencionados serão consultados pelo(a) Pregoeiro(a), onde seus respectivos certificados, relatórios e declarações, serão inclusos aos autos.

13.1.4. O licitante que não possuir o cadastro nesta Superintendência poderá providenciá-lo antes da data de abertura da sessão, no Setor de Protocolo da SUPEL, podendo obter informações por meio do telefone (69) 3212-9242.

13.2. Caso as licitantes tenham algum tipo de dificuldade em anexar no sistema os documentos exigidos para a habilitação, as mesmas deverão entrar em contato com a Central de Serviços SERPRO, via telefone 0800 9789001, ou e-mail: css.serpro@serpro.gov.br ou através do formulário eletrônico: <https://cssinter.serpro.gov.br/SCCDPortalWEB/pages/dynamicPortal.jsf?ITEMNUM=2348>.

13.2.1. Ressalvado o disposto no **item 13.1.2**, os licitantes deverão encaminhar concomitantemente com a proposta de preços, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

13.3. O licitante deverá declarar, em campo próprio do Sistema, sob pena de inabilitação, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos, na forma do art. 27, inciso V, da [Lei nº 8.666/93](#), com a redação dada pela [Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999](#).

13.4. O licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema, que se compromete a informar a SUPERVENIÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO de sua habilitação, nos termos do § 2º do art. [32 da Lei nº 8.666/93](#), observadas as penalidades cabíveis.

13.3. RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL:

a) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta [nº 1.751, de 02/10/2014](#), do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;

b) Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Estadual, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;

c) Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Municipal, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;

d) Certidão de Regularidade do FGTS, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento

e) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

13.4. RELATIVOS À REGULARIDADE TRABALHISTA:

a) **Certidão de Regularidade de Débito – CNDT**, para comprovar a inexistência de

débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.

13.5. RELATIVOS À HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

b) Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/>;

c) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

d) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

e) No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971](#);

f) No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social, nos termos do art. 4º, §2º do [Decreto nº 11.476/2023](#).

g) No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 2110, de 2022.

h) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização, e se for o caso, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

13.5.1. Os documentos acima deverão estar acompanhados da última alteração ou da consolidação respectiva.

13.6. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a) Certidão Negativa de Recuperação Judicial - Lei nº 11.101/05 (**recuperação judicial, extrajudicial e falência**) emitida pelo órgão competente, **expedida nos últimos 90 (noventa) dias** caso não conste o prazo de validade.

a.1). Na hipótese de apresentação de Certidão Positiva de recuperação judicial, o (a) Pregoeiro verificará se a licitante teve seu plano de recuperação judicial homologado pelo juízo, conforme determina o art.58 da Lei 11.101/2005.

a.2) Caso a empresa licitante não obteve acolhimento judicial do seu plano de recuperação judicial, a licitante será inabilitada, uma vez que não há demonstração de viabilidade econômica.

b) **Balanço Patrimonial**, referente ao último exercício social, ou o Balanço de Abertura, caso a licitante tenha sido constituída em menos de um ano, devidamente autenticado ou registrado na Junta Comercial do Estado, para que o(a) Pregoeiro(a) possa aferir se esta possui Patrimônio Líquido (licitantes constituídas há mais de um ano) ou Capital Social (licitantes constituídas há menos de um ano), de **10% (dez por cento)** do valor estimado da contratação.

b.1) No caso do licitante classificado em mais de um item/lote, o aferimento do cumprimento da disposição acima levará em consideração a soma de todos os valores referencias;

b.2) Caso seja constatada a insuficiência de patrimônio líquido ou capital social para a integralidade dos itens/lotos em que o licitante estiver classificado, o Pregoeiro o convocará para que decida sobre a desistência do(s) item(ns)/lote(s) até o devido enquadramento a regra acima disposta;

b.3) As regras descritas nos itens a.1) e a.2) deverão ser observadas em caso de ulterior classificação de licitante que já se consagrou classificado em outro item(ns)/lote(s).

13.7. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

13.7.1. O(s) Atestado(s) de Capacidade Técnica (declaração ou certidão) será(ão) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público e privado, comprovando o desempenho da licitante em contrato pertinente e compatível, face as especificidades do objeto da licitação, convergindo com o dispositivo legal.

13.7.2. O(s) Atestado(s) emitido(s) por pessoa de direito privado, bem como o(s) atestado(s) emitido(s) por pessoa de direito público deverá(rão) constar órgão, cargo e matrícula do emitente, vale ressaltar, que a ausência das informações do órgão, cargo e matrícula do emitente nos atestados de capacidade técnica, não ensejará a imediata inabilitação do licitante, cabendo a promoção de diligência para averiguar a veracidade do documento, conforme previsto no art. 6º e Parágrafo Único da [Orientação Técnica n.º 001/2017/GAB/SUPEL](#), incluído pela [Orientação Técnica n.º 002/2017/GAB/SUPEL](#).

"Art. 3º Os Termos de Referência, Projetos Básicos e Editais relativos à aquisição de bens e materiais de consumo comuns, considerando o valor estimado da contratação, devem observar o seguinte:

I – até 80.000,00 (oitenta mil reais) - fica dispensada a apresentação de Atestado de Capacidade Técnica;

II - de 80.000,00 (oitenta mil reais) a 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais) - apresentar Atestado de Capacidade Técnica que comprove ter fornecido anteriormente materiais compatíveis em características;

III – acima de 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais) – apresentar Atestado de Capacidade Técnica compatível em características e quantidades, limitados a parcela de maior relevância e valor significativo";

13.7.3. Em atenção ao estabelecido na sobredita norma, para a presente aquisição dever-se-á apresentar Atestado de Capacidade Técnica compatível em características de **15% (quinze por cento)**, para os itens 01, 02 e 03, conforme disposto abaixo:

13.7.4. Entende-se por pertinente e compatível em **características** o(s) atestado(s) que em sua individualidade ou soma de atestados, contemplem que a licitante forneceu o **bem com características semelhantes ao** objeto do presente termo de referência, a fim de demonstrar atuação na atividade no ramo de negócio.

13.8. Toda e qualquer informação, referente à convocação do anexo será transmitida pelo Pregoeiro, através do sistema eletrônico.

13.8.1. A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO ANEXADA NO SISTEMA COMPRAS.GOV.BR TERÁ EFEITO PARA TODOS OS ITENS, OS QUAIS A EMPRESA ENCONTRA-SE CLASSIFICADA.

13.8.2. O ENVIO DE TODA DOCUMENTAÇÃO SOLICITADA, DEVERÁ SER ANEXADA CORRETAMENTE NO SISTEMA COMPRAS.GOV.BR, SENDO A MESMA COMPACTADA EM 01 (UM) ÚNICO ARQUIVO (excel, word, .Zip, .doc, .docx, .JPG ou PDF), TENDO EM VISTA QUE O CAMPO DE INSERÇÃO É ÚNICO; A SUPEL CUMPRIRÁ RIGOROSAMENTE O ART. 7º DA LEI Nº 10.520/02.

13.8.3. **TODOS OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DEVEM SER ANEXADOS NO SISTEMA COMPRAS.GOV.BR CONCOMITANTEMENTE COM A PROPOSTA DE**

PREÇOS – ART. 26, I, DO [DECRETO ESTADUAL N. 26.182/21](#).

13.9. A documentação de habilitação enviada implicará em plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, vinculando o seu autor ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame;

13.10. O(a) Pregoeiro(a) poderá suspender a sessão para análise da documentação de habilitação.

13.11. O não envio dos anexos ensejará à licitante, as sanções previstas neste Edital e nas normas que regem este Pregão.

13.12. Para fins de habilitação, a verificação pelo(a) Pregoeiro(a) nos sítios oficiais de órgão e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova;

13.12.1. A Administração não se responsabiliza pela perda de negócios quanto aos documentos exigidos para habilitação que puderem ser emitidos pelo(a) Pregoeiro(a) via *on line*, gratuitamente, quando da ocorrência de eventuais problemas técnicos de sistemas ou quaisquer outros, pois é de inteira responsabilidade das licitantes a apresentação dos documentos exigíveis legalmente quando da convocação, pelo(a) Pregoeiro(a), para o envio dos mesmos.

13.13. AS LICITANTES QUE DEIXAREM DE APRESENTAR QUAISQUER DOS DOCUMENTOS EXIGIDOS PARA A HABILITAÇÃO NA PRESENTE LICITAÇÃO OU OS APRESENTAR EM DESACORDO COM O ESTABELECIDO NESTE EDITAL, SERÃO INABILITADAS, EM RESPEITO AO PRINCÍPIO DA ISONOMIA E VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO, DISPOSTOS NO ART. 3º, DA LEI 8.666/93, E NO ART. 5º. DO DECRETO ESTADUAL Nº 26.182/21.

13.13.1. EM SEDE DE DILIGÊNCIA, QUE SE DESTINA UNICAMENTE A ESCLARECER E COMPLEMENTAR A INSTRUÇÃO PROCESSUAL, **NÃO SERÁ ADMITIDA A INCLUSÃO DE DOCUMENTO NOVO**, CONFORME ART. 43, §3º Lei nº [8.666/93](#).

13.14. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

13.14.1. Havendo alguma restrição na comprovação da **Regularidade Fiscal e Trabalhista**, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, nos termos do [Decreto Estadual nº 21.675/2017](#).

13.14.2. A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem [13.14.1](#), implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no [art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993](#), sendo facultado à SUPEL convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura/retirada do Instrumento Contratual, ou revogar a licitação;

13.15. Serão realizadas consultas, ao **Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual - CAGEFIMP**, instituído pela [Lei Estadual nº 2.414, de 18 de fevereiro de 2011](#), ao **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS/CGU (Lei Federal nº 12.846/2013)**, **Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF**, **Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa**, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php) e Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU.

13.16. Sob pena de inabilitação, os documentos apresentados deverão estar:

13.16.1. Em nome da licitante com o nº do CNPJ e o endereço respectivo, conforme segue:

- a) *Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz e;*
- b) *Se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial;*

13.16.2. No caso das alíneas anteriores, serão dispensados da filial aqueles documentos que, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz e vice-versa.

13.17. Na fase de Habilitação, após ACEITA e comprovada a Documentação de Habilitação, o(a) Pregoeiro(a) HABILITARÁ a licitante, em campo próprio do sistema eletrônico.

13.18. Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documento” em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

14. DOS RECURSOS

14.1. Após a fase de HABILITAÇÃO, declarada a empresa VENCEDORA do certame, qualquer Licitante poderá manifestar em campo próprio do Sistema Eletrônico, de forma imediata e motivada, explicitando sucintamente suas razões sua intenção de recorrer no prazo mínimo de 20 (vinte) minutos

14.2. Será concedido à licitante que manifestar a intenção de interpor recurso o prazo de **03 (três) dias para apresentar as razões recursais**, ficando as demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos (redação conforme o inc. XVIII, [art. 4º, Lei Federal n.º 10.520/2002](#)).

14.2.1. A manifestação de interposição do recurso e contrarrazão, somente será possível por meio eletrônico (campo próprio do sistema Compras.gov.br), devendo o licitante observar as datas registradas.

14.3. A falta de manifestação imediata e motivada da Licitante importará a decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo(a) Pregoeiro(a) ao vencedor.

14.4. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.5. A decisão do(a) Pregoeiro(a) a respeito da apreciação do recurso deverá ser motivada e submetida à apreciação da Autoridade Competente pela licitação, caso seja mantida a decisão anterior.

14.6 A decisão do(a) Pregoeiro(a) e da Autoridade Competente será informada em campo próprio do Sistema Eletrônico, ficando todos os licitantes obrigados a acessá-lo para obtenção das informações prestadas pelo(a) Pregoeiro(a).

14.7. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a **Autoridade Competente adjudicará o objeto e homologará** o resultado da licitação para determinar a contratação.

14.8. Durante o prazo recursal, os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, na SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES – SUPEL, caso não esteja disponível no Sistema de Eletrônico de Informação (SEI).

14.9. Cabe ainda, recurso contra a decisão de:

a) Anular ou revogar o Pregão Eletrônico;

b) Determinar a aplicação das penalidades de advertência, multa, suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o Governo do Estado de Rondônia.

14.9.1. Os recursos acima deverão ser interpostos no **prazo de 05 (cinco) dias úteis** a contar da intimação do ato, e terão efeito suspensivo;

14.9.2. A intimação dos atos referidos no subitem 14.9, alíneas “a” e “b”, será feita mediante publicação na imprensa oficial e comunicação direta às licitantes participantes do Pregão Eletrônico, que poderão impugná-los no prazo de 05 (cinco) dias úteis;

14.9.3. Os recursos interpostos fora do prazo não serão acolhidos;

14.9.4. O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar a sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ou nesse mesmo prazo fazê-lo subir, devidamente informados, devendo, nesse caso, a decisão ser proferida no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso.

15. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

15.1. Atendidas as especificações do Edital, estando habilitada a Licitante e tendo sido aceito o menor preço apurado, o(a) Pregoeiro(a) declarará a(s) empresa(s) vencedora(s) do(s) respectivo(s) LOTES ADJUDICANDO-OS.

15.2. A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do Pregão Eletrônico constarão de ata divulgada no Sistema Eletrônico <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/> sem prejuízo das demais formas de publicidade prevista na legislação pertinente.

15.3. A adjudicação do objeto do presente certame será viabilizada pelo(a) Pregoeiro(a) sempre que não houver recurso. Havendo recurso, a adjudicação será efetuada pela Autoridade Competente que decidiu o recurso.

15.4. A homologação da licitação é de responsabilidade da Autoridade Competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação.

15.5. Quando houver recurso e o(a) Pregoeiro(a) mantiver sua decisão, essa deverá ser submetida à Autoridade Competente para decidir acerca dos atos do(a) Pregoeiro(a).

16. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

16.1. Após a homologação da licitação, o adjudicatário terá o prazo de 10 dias úteis, contados a partir de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, conforme art. 64, da Lei nº 8.666/93.

16.2. Após a homologação da licitação, o adjudicatário terá o prazo **máximo de até 10 (dez) dias**, para retirar a nota de empenho.

17. DO PAGAMENTO

Conforme estabelecido no item 16. do Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Conforme estabelecido no item 19. do Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Conforme estabelecido no item 17.2. do Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

20. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Conforme estabelecido no item 17.1. do Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

21. DA TRANSFERÊNCIA/CESSÃO OU SUBCONTRATAÇÃO

Conforme estabelecido no item 18. do Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

22. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

22.1. As despesas decorrentes para a contratação de empresa especializada no serviço, objeto do presente instrumento, correrão por conta dos recursos consignados no orçamento da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental - SEDAM, conforme a seguinte dotação orçamentária.

Unidade Gestora: 180001 - SEDAM;

Fonte: 1.708.0.00001 e/ou 2.708.0.00001 - Transferência da União Referente à Compensação Financeira de Recursos Minerais;

P/A: 2164 - PROMOVER A GESTÃO SOCIOAMBIENTAL SUSTENTÁVEL;

23. DAS CONDIÇÕES GERAIS

23.1. A Administração Pública se reserva no direito de:

23.1.1. Anular a licitação se houver vício ou ilegalidade, a modo próprio ou por provocação de terceiros;

23.1.2. Revogar por interesse da Administração Pública em decorrência de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar o ato, ou anulada por vício ou ilegalidade, a modo próprio ou por provocação de terceiros, sem que à Licitante tenha direito a qualquer indenização.

23.2. Qualquer modificação no presente Edital será divulgada pela mesma forma que se divulgou o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação da proposta de preços.

23.3. O(a) Pregoeiro(a) ou a Autoridade Competente, é facultado, em qualquer fase da licitação a promoção de diligência, destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documentos ou informações que deveriam constar do mesmo desde a realização da sessão pública.

23.4. As Licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

23.5. Após apresentação da proposta de preços, não caberá desistência desta, sob pena da licitante sofrer as sanções previstas no art. [7º, da Lei Federal nº. 10.520/2002](#) c/c as demais normas que regem esta licitação, salvo se houver motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceita pelo (a) Pregoeiro (a).

23.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação do objeto.

23.7. O licitante, adjudicatária ou contratada que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o instrumento contratual, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do instrumento contratual, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida a prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Estado, e será descredenciada no **Cadastro de Fornecedores Estadual**, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais, **devendo ser incluída a(s) penalidade(s) no SICAF e no CAGEFIMP (Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAGEFIMP, nos termos da Lei nº. 2.414, de 18, de fevereiro de 2011 e Decreto nº. 16089, DE 28 DE JULHO DE 2011)**

23.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Vencendo-se os prazos somente em dias de expediente normais no órgão responsável pela licitação.

23.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais, não importará no afastamento da Licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação, e a exata compreensão da sua proposta de preços de preços, durante a realização da sessão pública do Pregão Eletrônico.

23.10. Para fins de aplicação das Sanções Administrativas constantes no presente Edital, o lance é considerado o da proposta de preços.

23.11. As normas que disciplinam este Pregão Eletrônico serão sempre interpretadas, em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento do interesse da Administração Pública, a finalidade e a segurança da contratação.

23.12. **Fica o contratado obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem necessárias, no montante de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado, de acordo com o § 1º do Art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.**

23.14. As Licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do CONTRATADO de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do instrumento contratual.

23.15. O presente Edital e seus Anexos, bem como a proposta da proponente vencedora, farão parte integrante do Instrumento Contratual como se nele estivesse transcrito, ressalvado o valor proposto, porquanto prevalecerá o melhor lance ofertado ou valor negociado;

23.16. Dos atos praticados, o sistema gerará Ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes, que estará disponível para consulta no endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br, sem prejuízo das demais formas de publicidade prevista na legislação pertinente.

23.17. Havendo divergência entre as exigências contidas no Edital e em seus Anexos, prevalecerá pela ordem, o Edital, o Termo de Referência, e por último os demais anexos.

23.18. Aos Casos Omissos, serão solucionados diretamente pelo(a) Pregoeiro(a) ou autoridade Competente, observados os preceitos de direito público e as disposições que se aplicam as demais condições constantes na [Lei Federal nº.10.520](#), de 17 de julho de 2002, no Decreto Estadual nº 26.182, DE 24 DE JUNHO DE 2021, e subsidiariamente, na [Lei Federal nº. 8.666](#), de 21 de junho de 1993, com suas alterações, e ainda, Lei complementar nº. 123/06 e alterações.

23.19. A Administração convocará regularmente o interessado para assinar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo e condições estabelecidos, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízos das sanções previstas na [Lei 8.666/93](#).

23.19.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desse que ocorra motivo justificado aceito pela Administração;

23.19.2. É facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório, ou revogar a licitação independentemente da cominação prevista na [Lei nº 8.666/93](#).

23.20. O Edital e seus Anexos poderão ser lidos e retirados somente por meio da Internet no site <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/> e alternativamente no site www.rondonia.ro.gov.br/supel

23.21. Este Edital deverá ser lido e interpretado na íntegra e, após a apresentação da documentação e da proposta, não serão aceitas alegações de desconhecimento e discordâncias de seus termos.

23.22. Quaisquer informações complementares sobre o presente Edital e seus Anexos poderão ser obtidas pelo telefone/fax **(069) 3212-9243**, ou na sede SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES – SUPEL/RO.

23.23. O Foro para dirimir os possíveis litígios que decorrerem do presente procedimento licitatório será o da Comarca de Porto Velho/RO.

24. ANEXOS

24.1. Fazem parte deste instrumento convocatório, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

ANEXO I – Termo de Referência (0043016624);

ANEXO II – SAMS (0040942374);

ANEXO III - Quadro Estimativo de preços (0042873049);

ANEXO IV- Minuta do Contrato (0040984653);

Porto Velho-RO, 27 de novembro de 2023

Elaborado por:

BIANCA MATIAS DE SOUZA
Membro da Comissão de Processamento

Operado por:

Bruna Gonçalves Apolinário
Pregoeira/SUPEL-RO



Documento assinado eletronicamente por **Bruna Gonçalves Apolinário, Pregoeiro(a)**, em 27/12/2023, às 10:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0044745911** e o código CRC **1B718C6E**.

Referência: Caso responda este Instrumento Convocatório, indicar expressamente o Processo nº 0028.013702/2023-40

SEI nº 0044745911



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental - SEDAM

TERMO DE REFERÊNCIA

1. IDENTIFICAÇÃO:

1.1. O presente Termo de Referência tem por objetivo **Aquisição de switches**, visando atender as necessidades básicas desta **Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental – SEDAM**.

2. DA CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO COMO COMUM:

2.1. O objeto desse Termo de Referência é comum, nos termos do parágrafo único do art. 1º da [Lei n.º 10.520 de 17 de julho de 2002](#), e do [Decreto nº 26.182, de 24 de junho de 2021](#).

2.2. O presente objeto refuta qualquer descrição direcionada à marca, à modelo específico ou a qualquer característica suficiente para configurar restrição da competitividade licitatória, salvo nos casos em que for tecnicamente justificável, nos termos expressos do art. 7º, § 5º, da Lei nº 8.666/93 e o art. 3º, II, da Lei nº 10.520/02.

3. DO OBJETO:

3.1. O objeto do presente Termo de Referência é a Aquisição de switches, conforme solicitado no memorando de nº 17/2023/SEDAM-GINFRA - Gerência de Infraestrutura.

3.2. Este documento tem por finalidade estabelecer as diretrizes, normas, procedimentos, especificações técnicas e materiais a serem disponibilizados para atender a **Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental – SEDAM**.

3.3. A presente contratação/aquisição será regida pela [Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993](#) e [Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002](#) e normas correlatas.

4. CARACTERÍSTICAS DO OBJETO:

4.1. Especificações técnicas e quantitativas:

ITEM	DESCRIÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE
01	SWITCH TIPO I	<p style="text-align: center;">SWITCH 48 portas 10GE - 4 x 10G SFP+</p> <ul style="list-style-type: none"> • O equipamento deve possuir no mínimo 48 (quarenta e oito) portas 10 Gigabit Ethernet RJ45 para conexão de cabos par trançado 1000BASE-T; • Deve ser fornecido com 4 (quatro) slots para conexão de transceivers SFP+ para fibras ópticas multimodo e monomodo com velocidade de 10GE; • Deve possuir uma porta RJ45 de console para gerenciamento local; • Deve Possuir um slot USB tipo A no painel frontal do switch para fácil gerenciamento de arquivos e imagens; • Deve ser do tipo Layer 2 e 3; • Deve possuir capacidade de comutação de no mínimo 755,00 milhões de pacotes (mpps) (pacotes de 64 bytes) por segundo; • Deve possuir capacidade de comutação de no mínimo 1.030,0 Gigabits (Gbps) por segundo; • Deve possuir Jumbo Frame de pelo menos 9000 bytes; <p style="text-align: center;">Funcionalidades de camada 2</p> <ul style="list-style-type: none"> • Deve possuir suporte a implementação de no mínimo 4.094 VLANs conforme os padrões 802.1Q; • Deve implementar Spanning Tree por vlan e conforme os padrões IEEE 802.1w (Rapid Spanning Tree) e IEEE 802.1s (Multiple Spanning Tree); • Deve suportar no mínimo 8 instâncias por VLAN; • Deve possuir funcionalidade de atribuição de VLAN dinâmica via servidor RADIUS juntamente com autenticação de cliente baseada no protocolo 802.1x; • Deve possuir a funcionalidade de atribuição de voz automaticamente a uma VLAN específica de voz, e tratado com níveis apropriados de QoS; • Deve implementar a funcionalidade de Voice Services Discovery Protocol (VSDP) oferecendo implantação sem toque em toda a rede de terminais de voz e dispositivos de controle de chamadas; • Deve implementar Multicast Registration (MVR); • Deve implementar a tradução de VLAN para suporte para mapeamento um-para-um de VLAN; • Deve implementar os protocolos Generic VLAN Registration Protocol (GVRP) e Generic Attribute Registration Protocol (GARP), para permitir a propagação e a configuração automática de VLANs em um domínio com ponte; • Deve implementar a funcionalidade de detecção de link unidirecional (UDLD) para monitorar a conexão física e detectar links unidirecionais causados por fiação incorreta ou falhas de cabo/porta para evitar loops de encaminhamento e buracos negros de tráfego em redes comutadas; • Deve implementar a funcionalidade de retransmissão de tráfego DHCP para servidor DHCP em VLAN diferente; • Deve Implementar o protocolo Internet Group Management Protocol (IGMP) nas versões 1, 2 e 3; • Deve implementar IGMP Querier e IGMP proxy; • Deve implementar Detecção de loopback, fornecendo proteção contra loops transmitindo pacotes de protocolo de loop para fora das portas nas quais a proteção de loop foi habilitada, devendo operar independente do STP; • Deve permitir no mínimo 16 mil (dezesesseis mil) endereços MAC; <p style="text-align: center;">Funcionalidades de camada 3</p> <ul style="list-style-type: none"> • Deve implementar no mínimo 990 rotas estáticas e 128 interfaces IP; • Possuir funcionalidade de roteamento Wirespeed para pacotes IPv4 e IPv6; • Deve implementar roteamento entre domínios sem classes (CIDR); • Deve ter suporte para Routing Information Protocol versão 2 para roteamento dinâmico; • Deve implementar roteamento baseado em política para direcionar pacotes para o próximo salto diferente com base na lista de controle de acesso (ACL) IPv4 ou IPv6; • Possuir funcionalidade de servidor DHCP IPv4, servindo endereços IP para vários pools/escopos DHCP ; • Implementar funcionalidade de retransmissão DHCP para tráfego DHCP entre domínios IP; • Implementar funcionalidade de retransmissão do protocolo de datagrama do usuário (UDP), para retransmissão de informações de broadcast em domínios de camada 3 para descoberta de aplicativos ou retransmissão de pacotes Bootstrap Protocol (BOOTP)/DHCP; 	06

Outras funcionalidades

- Deve implementar empilhamento de até 4 (quatro) unidades em uma pilha, suportando no mínimo 200 portas gerenciadas com um único sistemas de failover de hardware;
- Deve possuir failover de pilha rápido, oferecendo alta disponibilidade e perda mínima de tráfego;
- Deve implementar agregação de links em várias unidades de pilha;
- deve implementar gerenciamento de empilhamento plug-and-play;
- Deve estar disponível o idioma PT-BR em toda a interface de gerenciamento WEB;
- Deve permitir a configuração de VLANs através da interface web, sendo possível selecionar a porta graficamente;
- Deve possuir priorização de pacotes (QoS) com 8 (oito) filas de hardware;
- Deve ser possível a administração e configuração de todo switch sem uso de licença;
- Deve permitir o envio de (syslog) para um outro servidor, informando a hora exata do acontecimento;
- Deve possuir suporte ao padrão IEEE 802.3az Energy-Efficient Ethernet que define mecanismos para redução no consumo de energia dos links de rede durante os períodos de baixa utilização;
- A solução deve permitir o gerenciamento do switch através de aplicação de gerenciamento via dispositivos moveis (smartphones e tablets) compatível com sistemas IOS e Android. O APP deverá estar disponível para download na Google Play Store e Apple APP Store;
- Deve oferecer um monitoramento para o gerenciamento de ciclo de vida do equipamento;

Eficiência energética

- Deve ser capaz de detectar automaticamente a energia na porta RJ-45;
- Deve ser capaz de desligar automaticamente a porta RJ-45 ao detectar link inativo;
- Deve ser capaz de ajustar a intensidade do sinal com base no comprimento do cabo e reduzir o consumo de energia para cabos mais curtos;
- Deve ser capaz de desligar os LEDs manualmente para economizar o consumo de energia;
- Deve permitir operar em tensões de 110V e 220V de modo automático;

Segurança

- Deve implementar protocolo SSH juntamente com o (SCP);
- Deve implementar protocolo SSH nas versões 1 e 2;
- Deve implementar criptografia SSL para todo tráfego HTTPS permitindo acesso altamente seguro à GUI de gerenciamento baseada em navegador no switch;
- Deve implementar suporte autenticação e contabilidade do Remote Authentication Dial-In User Service (RADIUS), hash MD5; VLAN convidado; VLAN não autenticada, modo de host único/múltiplo e sessões únicas/múltiplas;
- Deve suportar 802.1X baseado em tempo; atribuição dinâmica de VLAN; autenticação MAC;
- A autenticação baseada na Web fornece controle de admissão de rede por meio do navegador da Web para qualquer dispositivo host e sistema operacional;
- Deve implementar STP Bridge Protocol Data Unit (BPDU) Guard;
- Deve implementar STP Root Guard e STP loopback Guard;
- Deve implementar DHCP snooping, para evitar que dispositivos invasores se comportem como servidores DHCP;
- Deve implementar IP Source Guard (IPSG);
- Deve implementar Dynamic ARP Inspection (DAI);
- Deve implementar IP/MAC/Port Binding (IPMB);
- Deve implementar Secure Core Technology (SCT);
- Deve implementar Secure Sensitive Data (SSD) para o gerenciamento de dados confidenciais no switch;
- Deve implementar a funcionalidade de private VLAN para o fornecimento de segurança e isolamento entre as portas do switch, o que ajuda a garantir que os usuários não possam bisbilhotar o tráfego de outros usuários (suportando vários uplinks);
- Deve implementar Layer 2 isolation Private VLAN Edge (PVE) fornecendo isolamento de camada 2 entre dispositivos na mesma VLAN (suportando vários uplinks);
- Deve implementar Port Security sendo capaz de bloquear endereços MAC de origem para portas e limitar o número de endereços MAC aprendidos;
- Deve Implementar autenticação RADIUS e TACACS;
- Deve implementar RADIUS accounting, para controle de contabilidade e investigação de uma determinada sessão, sendo possível ter as métricas de (tempo, pacotes, bytes) utilizados durante a sessão;
- Deve implementar Storm Control, para controle de transmissões, multicast e unicast desconhecidos;
- Deve implementar Prevenção contra ataques DoS (ataques de negação de serviço);
- Deve implementar níveis de privilégios na CLI de no mínimo 1, 7 e 15;
- Deve permitir suporte de no mínimo 1.024 regras de ACL, implementando controle baseado em tempo, MAC de origem e destino, ID da VLAN, endereço IPv4 ou IPv6, protocolo, portas de origem e destino, pacotes ICMP, pacotes IGMP;
- Deve permitir monitoramento SNMP nas versões 1, 2c e 3 com suporte para traps e SNMP versão 3 User-based Security Model (USM);
- Deve Implementar Port mirroring, para análise de tráfego de uma porta ser espelhado em outra porta, com um analisador de rede ou sonda RMON (permitir que no mínimo 8 portas de origem sejam espelhadas em uma porta de destino);
- Deve Implementar VLAN mirroring, para análise de tráfego de uma VLAN seja espelhado em outra porta, com um analisador de rede ou sonda RMON (permitir que no mínimo 8 VLANs sejam espelhadas em uma porta de destino);
- Deve permitir o redirecionamento ou espelhamento de tráfego para uma porta de destino ou sessão de espelhamento com base no fluxo;
- Deve permitir a transferência de arquivos entre switch através do (SCP);
- Deve permitir a configuração e edição de arquivos com editor de texto e baixados para outro switch, facilitando a implantação da configuração em massa;
- Deve implementar o recurso Time-Based Port Management para gerenciamento e configuração de horário com base no agendamento definido;

Serviços e garantia

- O equipamento deve ser fornecido com todos os seus periféricos para a total instalação em um rack;
- Deve ser fornecido cabo de energia obedecendo o padrão NBR 14136;
- O equipamento deve ter altura máxima de 1U, para instalação em rack de 19";
- Garantia mínima de 36 (trinta e seis) meses, conforme sugerido na Análise nº 77/2023/SETIC-ASSET ([0040740376](#)).

02	SWITCH TIPO II	<p style="text-align: center;">SWITCH 48 portas 1GE PoE+ - 4 x 1GE SFP+</p> <ul style="list-style-type: none"> • O equipamento deve possuir no mínimo 48 (quarenta e oito) portas Gigabit Ethernet RJ45 para conexão de cabos par trançado 1000BASE-T; • Deve ser fornecido com 4 (quatro) slots para conexão de transceivers SFP+ para fibras ópticas multimodo e monomodo com velocidade de 10GE; • Deve possuir uma porta RJ45 de console para gerenciamento local; • Deve Possuir um slot USB tipo A no painel frontal do switch para fácil gerenciamento de arquivos e imagens; 	25
----	-----------------------	---	----

- Deve ser do tipo Layer 2 e 3;
- Deve possuir capacidade de comutação de no mínimo 130.90 milhões de pacotes (mpps) (pacotes de 64 bytes) por segundo.
- Deve possuir capacidade de comutação de no mínimo 176.0 Gigabits (Gbps) por segundo;
- Deve possuir Jumbo Frame de pelo menos 9000 bytes;

Funcionalidades de camada 2

- Deve possuir suporte a implementação de no mínimo 4.094 VLANs conforme os padrões 802.1Q;
- Deve implementar Spanning Tree por vlan e conforme os padrões IEEE 802.1w (Rapid Spanning Tree) e IEEE 802.1s (Multiple Spanning Tree);
- Deve suportar no mínimo 8 instâncias por VLAN;
- Deve possuir funcionalidade de atribuição de VLAN dinâmica via servidor RADIUS juntamente com autenticação de cliente baseada no protocolo 802.1x;
- Deve possuir a funcionalidade de atribuição de voz automaticamente a uma VLAN específica de voz, e tratado com níveis apropriados de QoS;
- Deve implementar a funcionalidade de Voice Services Discovery Protocol (VSDP) oferecendo implantação sem toque em toda a rede de terminais de voz e dispositivos de controle de chamadas;
- Deve implementar Multicast Registration (MVR);
- Deve implementar a tradução de VLAN para suporte para mapeamento um-para-um de VLAN;
- Deve implementar os protocolos Generic VLAN Registration Protocol (GVRP) e Generic Attribute Registration Protocol; (GARP), para permitir a propagação e a configuração automática de VLANs em um domínio com ponte;
- Deve implementar a funcionalidade de detecção de link unidirecional (UDLD) para monitorar a conexão física e detectar links unidirecionais causados por fiação incorreta ou falhas de cabo/porta para evitar loops de encaminhamento e buracos negros de tráfego em redes comutadas;
- Deve implementar a funcionalidade de retransmissão de tráfego DHCP para servidor DHCP em VLAN diferente;
- Deve Implementar o protocolo Internet Group Management Protocol (IGMP) nas versões 1, 2 e 3;
- Deve implementar IGMP Querier e IGMP proxy;
- Deve implementar Detecção de loopback, fornecendo proteção contra loops transmitindo pacotes de protocolo de loop para fora das portas nas quais a proteção de loop foi habilitada, devendo operar independente do STP;
- Deve permitir no mínimo 16 mil (dezesseis mil) endereços MAC;

Funcionalidades de camada 3

- Deve implementar no mínimo 990 rotas estáticas e 128 interfaces IP;
- Possuir funcionalidade de roteamento Wirespeed para pacotes IPv4 e IPv6;
- Deve implementar roteamento entre domínios sem classes (CIDR);
- Deve ter suporte para Routing Information Protocol versão 2 para roteamento dinâmico;
- Deve implementar roteamento baseado em política para direcionar pacotes para o próximo salto diferente com base na lista de controle de acesso (ACL) IPv4 ou IPv6;
- Possuir funcionalidade de servidor DHCP IPv4, servindo endereços IP para vários pools/escopos DHCP ;
- Implementar funcionalidade de retransmissão DHCP para tráfego DHCP entre domínios IP;
- Implementar funcionalidade de retransmissão do protocolo de datagrama do usuário (UDP), para retransmissão de informações de broadcast em domínios de camada 3 para descoberta de aplicativos ou retransmissão de pacotes Bootstrap Protocol (BOOTP)/DHCP;

Outras funcionalidades

- Deve implementar empilhamento de até 4 (quatro) unidades em uma pilha, suportando no mínimo 200 portas gerenciadas com um único sistemas de failover de hardware;
- Deve possuir failover de pilha rápido, oferecendo alta disponibilidade e perda mínima de tráfego;
- Deve implementar agregação de links em várias unidades de pilha;
- deve implementar gerenciamento de empilhamento plug-and-play;
- Deve estar disponível o idioma PT-BR em toda a interface de gerenciamento WEB;
- Deve permitir a configuração de VLANs através da interface web, sendo possível selecionar a porta graficamente;
- Deve possuir priorização de pacotes (QoS) com 8 (oito) filas de hardware;
- Deve ser possível a administração e configuração de todo switch sem uso de licença;
- Deve permitir o envio de (syslog) para um outro servidor, informando a hora exata do acontecimento;
- Deve possuir suporte ao padrão IEEE 802.3az Energy-Efficient Ethernet que define mecanismos para redução no consumo de energia dos links de rede durante os períodos de baixa utilização;
- A solução deve permitir o gerenciamento do switch através de aplicação de gerenciamento via dispositivos moveis (smartphones e tablets) compatível com sistemas IOS e Android. O APP deverá estar disponível para download na Google Play Store e Apple APP Store;
- Deve oferecer um monitoramento para o gerenciamento de ciclo de vida do equipamento;

Eficiência energética

- Deve ser capaz de detectar automaticamente a energia na porta RJ-45;
- Deve ser capaz de desligar automaticamente a porta RJ-45 ao detectar link inativo;
- Deve ser capaz de ajustar a intensidade do sinal com base no comprimento do cabo e reduzir o consumo de energia para cabos mais curtos;
- Deve ser capaz de desligar os LEDs manualmente para economizar o consumo de energia;
- Deve permitir o desligamento da energia PoE com base na programação definida pelo administrador, a fim de economizar energia.
- Deve suportar os padrões 802.3at PoE e 802.3af;
- Deve possuir potência para alimentação PoE de no mínimo 370W para as 48 (quarenta e oito) portas RJ-45;
- Deve permitir operar em tensões de 110V e 220V de modo automático;

Segurança

- Deve implementar protocolo SSH juntamente com o (SCP);
- Deve implementar protocolo SSH nas verões 1 e 2;
- Deve implementar criptografia SSL para todo tráfego HTTPS permitindo acesso altamente seguro à GUI de gerenciamento; baseada em navegador no switch;
- Deve implementar suporte autenticação e contabilidade do Remote Authentication Dial-In User Service (RADIUS), hash MD5; VLAN convidado; VLAN não autenticada, modo de host único/múltiplo e sessões únicas/múltiplas;
- Deve suportar 802.1X baseado em tempo; atribuição dinâmica de VLAN; autenticação MAC;
- A autenticação baseada na Web fornece controle de admissão de rede por meio do navegador da Web para qualquer dispositivo host e sistema operacional;
- Deve implementar STP Bridge Protocol Data Unit (BPDU) Guard;
- Deve implementar STP Root Guard e STP loopback Guard;
- Deve implementar DHCP snooping, para evitar que dispositivos invasores se comportem como servidores DHCP;
- Deve implementar IP Source Guard (IPSG);

- Deve implementar Dynamic ARP Inspection (DAI);
 - Deve implementar IP/MAC/Port Binding (IPMB);
 - Deve implementar Secure Core Technology (SCT);
 - Deve implementar Secure Sensitive Data (SSD) para o gerenciamento de dados confidenciais no switch;
 - Deve implementar a funcionalidade de private VLAN para o fornecimento de segurança e isolamento entre as portas do switch, o que ajuda a garantir que os usuários não possam bisbilhotar o tráfego de outros usuários (suportando vários uplinks);
 - Deve implementar Layer 2 isolation Private VLAN Edge (PVE) fornecendo isolamento de camada 2 entre dispositivos na mesma VLAN (suportando vários uplinks);
 - Deve implementar Port Security sendo capaz de bloquear endereços MAC de origem para portas e limitar o número de endereços MAC aprendidos;
 - Deve Implementar autenticação RADIUS e TACACS;
 - Deve implementar RADIUS accounting, para controle de contabilidade e investigação de uma determinada sessão, sendo possível ter as métricas de (tempo, pacotes, bytes) utilizados durante a sessão;
 - Deve implementar Storm Control, para controle de transmissões, multicast e unicast desconhecidos;
 - Deve implementar Prevenção contra ataques DoS (ataques de negação de serviço);
 - Deve implementar níveis de privilégios na CLI de no mínimo 1, 7 e 15;
 - Deve permitir suporte de no mínimo 1.024 regras de ACL, implementando controle baseado em tempo, MAC de origem e destino, ID da VLAN, endereço IPv4 ou IPv6, protocolo, portas de origem e destino, pacotes ICMP, pacotes IGMP;
 - Deve permitir monitoramento SNMP nas versões 1, 2c e 3 com suporte para traps e SNMP versão 3 User-based Security Model (USM);
 - Deve Implementar Port mirroring, para análise de tráfego de uma porta ser espelhado em outra porta, com um analisador de rede ou sonda RMON (permitir que no mínimo 8 portas de origem sejam espelhadas em uma porta de destino);
 - Deve Implementar VLAN mirroring, para análise de tráfego de uma VLAN seja espelhado em outra porta, com um analisador de rede ou sonda RMON (permitir que no mínimo 8 VLANs sejam espelhadas em uma porta de destino);
 - Deve permitir o redirecionamento ou espelhamento de tráfego para uma porta de destino ou sessão de espelhamento com base no fluxo;
 - Deve permitir a transferência de arquivos entre switch através do (SCP);
 - Deve permitir a configuração e edição de arquivos com editor de texto e baixados para outro switch, facilitando a implantação da configuração em massa;
 - Deve implementar o recurso Time-Based Port Management para gerenciamento e configuração de horário com base no agendamento definido;
- Serviços e garantia**
- O equipamento deve ser fornecido com todos os seus periféricos para a total instalação em um rack;
 - Deve ser fornecido cabo de energia obedecendo o padrão NBR 14136;
 - O equipamento deve ter altura máxima de 1U, para instalação em rack de 19";
 - Garantia mínima de 36 (trinta e seis) meses, conforme sugerido na Análise nº 77/2023/SETIC-ASSET ([0040740376](#)).

03	SWITCH TIPO III	SWITCH 24 portas 1GE PoE+ - 4 x 1GE SFP+	16
		<ul style="list-style-type: none"> • O equipamento deve possuir no mínimo 24 (vinte e quatro) portas Gigabit Ethernet RJ45 para conexão de cabos par trançado 1000BASE-T; • Deve ser fornecido com 4 (quatro) slots para conexão de transceivers SFP+ para fibras ópticas multimodo e monomodo com velocidade de 10GE; • Deve possuir uma porta RJ45 de console para gerenciamento local; • Deve Possuir um slot USB tipo A no painel frontal do switch para fácil gerenciamento de arquivos e imagens; • Deve ser do tipo Layer 2 e 3; • Deve possuir capacidade de comutação de no mínimo 95.23 milhões de pacotes (mpps) (pacotes de 64 bytes) por segundo; • Deve possuir capacidade de comutação de no mínimo 128.0 Gigabits (Gbps) por segundo; • Deve possuir Jumbo Frame de pelo menos 9000 bytes; <p style="text-align: center;">Funcionalidades de camada 2</p> <ul style="list-style-type: none"> • Deve possuir suporte a implementação de no mínimo 4.094 VLANs conforme os padrões 802.1Q; • Deve implementar Spanning Tree por vlan e conforme os padrões IEEE 802.1w (Rapid Spanning Tree) e IEEE 802.1s (Multiple Spanning Tree); • Deve suportar no mínimo 8 instâncias por VLAN; • Deve possuir funcionalidade de atribuição de VLAN dinâmica via servidor RADIUS juntamente com autenticação de cliente baseada no protocolo 802.1x; • Deve possuir a funcionalidade de atribuição de voz automaticamente a uma VLAN específica de voz, e tratado com níveis apropriados de QoS; • Deve implementar a funcionalidade de Voice Services Discovery Protocol (VSDP) oferecendo implantação sem toque em toda a rede de terminais de voz e dispositivos de controle de chamadas; • Deve implementar Multicast Registration (MVR); • Deve implementar a tradução de VLAN para suporte para mapeamento um-para-um de VLAN; • Deve implementar os protocolos Generic VLAN Registration Protocol (GVRP) e Generic Attribute Registration Protocol; (GARP), para permitir a propagação e a configuração automática de VLANs em um domínio com ponte; • Deve implementar a funcionalidade de detecção de link unidirecional (UDLD) para monitorar a conexão física e detectar links unidirecionais causados por fiação incorreta ou falhas de cabo/porta para evitar loops de encaminhamento e buracos negros de tráfego em redes comutadas; • Deve implementar a funcionalidade de retransmissão de tráfego DHCP para servidor DHCP em VLAN diferente; • Deve Implementar o protocolo Internet Group Management Protocol (IGMP) nas versões 1, 2 e 3; • Deve implementar IGMP Querier e IGMP proxy; • Deve implementar Detecção de loopback, fornecendo proteção contra loops transmitindo pacotes de protocolo de loop para fora das portas nas quais a proteção de loop foi habilitada, devendo operar independente do STP; • Deve permitir no mínimo 16 mil (dezesesseis mil) endereços MAC; <p style="text-align: center;">Funcionalidades de camada 3</p> <ul style="list-style-type: none"> • Deve implementar no mínimo 990 rotas estáticas e 128 interfaces IP; • Possuir funcionalidade de roteamento Wirespeed para pacotes IPv4 e IPv6; • Deve implementar roteamento entre domínios sem classes (CIDR); • Deve ter suporte para Routing Information Protocol versão 2 para roteamento dinâmico; • Deve implementar roteamento baseado em política para direcionar pacotes para o próximo salto diferente com base na lista de controle de acesso (ACL) IPv4 ou IPv6; • Possuir funcionalidade de servidor DHCP IPv4, servindo endereços IP para vários pools/escopos DHCP; • Implementar funcionalidade de retransmissão DHCP para tráfego DHCP entre domínios IP; • Implementar funcionalidade de retransmissão do protocolo de datagrama do usuário (UDP), para retransmissão de informações de broadcast em domínios de camada 3 para descoberta de aplicativos ou retransmissão de pacotes Bootstrap Protocol (BOOTP)/DHCP; 	

Outras funcionalidades

- Deve implementar empilhamento de até 4 (quatro) unidades em uma pilha, suportando no mínimo 200 portas gerenciadas com um único sistemas de failover de hardware;
- Deve possuir failover de pilha rápido, oferecendo alta disponibilidade e perda mínima de tráfego;
- Deve implementar agregação de links em várias unidades de pilha;
- deve implementar gerenciamento de empilhamento plug-and-play;
- Deve estar disponível o idioma PT-BR em toda a interface de gerenciamento WEB;
- Deve permitir a configuração de VLANs através da interface web, sendo possível selecionar a porta graficamente;
- Deve possuir priorização de pacotes (QoS) com 8 (oito) filas de hardware;
- Deve ser possível a administração e configuração de todo switch sem uso de licença;
- Deve permitir o envio de (syslog) para um outro servidor, informando a hora exata do acontecimento;
- Deve possuir suporte ao padrão IEEE 802.3az Energy-Efficient Ethernet que define mecanismos para redução no consumo de energia dos links de rede durante os períodos de baixa utilização;
- A solução deve permitir o gerenciamento do switch através de aplicação de gerenciamento via dispositivos moveis (smartphones e tablets) compatível com sistemas IOS e Android. O APP deverá estar disponível para download na Google Play Store e Apple APP Store.;
- Deve oferecer um monitoramento para o gerenciamento de ciclo de vida do equipamento;

Eficiência energética

- Deve ser capaz de detectar automaticamente a energia na porta RJ-45;
- Deve ser capaz de desligar automaticamente a porta RJ-45 ao detectar link inativo;
- Deve ser capaz de ajustar a intensidade do sinal com base no comprimento do cabo e reduzir o consumo de energia para cabos mais curtos;
- Deve ser capaz de desligar os LEDs manualmente para economizar o consumo de energia;
- Deve permitir o desligamento da energia PoE com base na programação definida pelo administrador, a fim de economizar energia.
- Deve suportar os padrões 802.3at PoE e 802.3af;
- Deve possuir potência para alimentação PoE de no mínimo 370W para as 24 (vinte e quatro) portas RJ-45;
- Deve permitir operar em tensões de 110V e 220V de modo automático;

Segurança

- Deve implementar protocolo SSH juntamente com o (SCP);
- Deve implementar protocolo SSH nas versões 1 e 2;
- Deve implementar criptografia SSL para todo tráfego HTTPS permitindo acesso altamente seguro à GUI de gerenciamento baseada em navegador no switch;
- Deve implementar suporte autenticação e contabilidade do Remote Authentication Dial-In User Service (RADIUS), hash MD5; VLAN convidado; VLAN não autenticada, modo de host único/múltiplo e sessões únicas/múltiplas;
- Deve suportar 802.1X baseado em tempo; atribuição dinâmica de VLAN; autenticação MAC;
- A autenticação baseada na Web fornece controle de admissão de rede por meio do navegador da Web para qualquer dispositivo host e sistema operacional;
- Deve implementar STP Bridge Protocol Data Unit (BPDU) Guard;
- Deve implementar STP Root Guard e STP loopback Guard;
- Deve implementar DHCP snooping, para evitar que dispositivos invasores se comportem como servidores DHCP;
- Deve implementar IP Source Guard (IPSG);
- Deve implementar Dynamic ARP Inspection (DAI);
- Deve implementar IP/MAC/Port Binding (IPMB);
- Deve implementar Secure Core Technology (SCT);
- Deve implementar Secure Sensitive Data (SSD) para o gerenciamento de dados confidenciais no switch;
- Deve implementar a funcionalidade de private VLAN para o fornecimento de segurança e isolamento entre as portas do switch, o que ajuda a garantir que os usuários não possam bisbilhotar o tráfego de outros usuários (suportando vários uplinks);
- Deve implementar Layer 2 isolation Private VLAN Edge (PVE) fornecendo isolamento de camada 2 entre dispositivos na mesma VLAN (suportando vários uplinks);
- Deve implementar Port Security sendo capaz de bloquear endereços MAC de origem para portas e limitar o número de endereços MAC aprendidos;
- Deve Implementar autenticação RADIUS e TACACS;
- Deve implementar RADIUS accounting, para controle de contabilidade e investigação de uma determinada sessão, sendo possível ter as métricas de (tempo, pacotes, bytes) utilizados durante a sessão;
- Deve implementar Storm Control, para controle de transmissões, multicast e unicast desconhecidos;
- Deve implementar Prevenção contra ataques DoS (ataques de negação de serviço);
- Deve implementar níveis de privilégios na CLI de no mínimo 1, 7 e 15;
- Deve permitir suporte de no mínimo 1.024 regras de ACL, implementando controle baseado em tempo, MAC de origem e destino, ID da VLAN, endereço IPv4 ou IPv6, protocolo, portas de origem e destino, pacotes ICMP, pacotes IGMP;
- Deve permitir monitoramento SNMP nas versões 1, 2c e 3 com suporte para traps e SNMP versão 3 User-based Security Model (USM);
- Deve Implementar Port mirroring, para análise de tráfego de uma porta ser espelhado em outra porta, com um analisador de rede ou sonda RMON (permitir que no mínimo 8 portas de origem sejam espelhadas em uma porta de destino);
- Deve Implementar VLAN mirroring, para análise de tráfego de uma VLAN seja espelhado em outra porta, com um analisador de rede ou sonda RMON (permitir que no mínimo 8 VLANs sejam espelhadas em uma porta de destino);
- Deve permitir o redirecionamento ou espelhamento de tráfego para uma porta de destino ou sessão de espelhamento com base no fluxo;
- Deve permitir a transferência de arquivos entre switch através do (SCP);
- Deve permitir a configuração e edição de arquivos com editor de texto e baixados para outro switch, facilitando a implantação da configuração em massa;
- Deve implementar o recurso Time-Based Port Management para gerenciamento e configuração de horário com base no agendamento definido;

Serviços e garantia

- O equipamento deve ser fornecido com todos os seus periféricos para a total instalação em um rack;
- Deve ser fornecido cabo de energia obedecendo o padrão NBR 14136;
- O equipamento deve ter altura máxima de 1U, para instalação em rack de 19";
- Garantia mínima de 36 (trinta e seis) meses, conforme sugerido na Análise nº 77/2023/SETIC-ASSET ([0040740376](#)).

04	MÓDULO SFP +	<p align="center">Módulo transceiver SFP+ 10G-SR</p> <ul style="list-style-type: none"> • Trancivers SFP+ para conexões de fibras multimodo e monomodo; • Deve possuir conexão para fibra LC DUPLEX; 	60
----	---------------------	---	----

		<ul style="list-style-type: none"> • Deve possuir capacidade de até 10GbE; • Deve ser compatível com o padrão 10GBASE-SR para fibras ópticas de até 400 metros; • Os módulos SFP+ devem ser do mesmo fabricante do switch ofertado visando atender os princípios da padronização descrito no Art 15, I, LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993. • Garantia mínima de 36 (trinta e seis) meses, conforme sugerido na Análise nº 77/2023/SETIC-ASSET (0040740376). 	
05	CORDÃO ÓPTICO	<p align="center">CORDÃO ÓPTICO DE FIBRA 10 METROS LC DUPLEX</p> <ul style="list-style-type: none"> • Comprimento mínimo de 10 metros; • Possuir total compatibilidade com transceivers SFP+ 10GBASE-SR; • Deve possuir conector LC DUPLEX; • Deve ser do tipo OM4; • Deve possuir suporte a distância de 400m para 10Gb / s; • Taxa de Dados Suportados: 1G ~ 40Gbps; • Diâmetro do cabo: 2.0 mm; • Conector-Polimento A deve ser do tipo LC-UPC; • Conector-Polimento B deve ser do tipo LC-UPC; • Deve ser homologado pela Anatel; • Garantia mínima de 12 (doze) meses. 	52

5. MANIFESTAÇÃO TÉCNICA QUANTO A NECESSIDADE OU NÃO DE ELABORAÇÃO DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR, CONFORME EXIGIDO NO ART. 8º, INCISO I, DO DECRETO ESTADUAL Nº 26.182/2021

5.1. Levando-se em consideração que o estudo técnico preliminar é o documento que descreve as análises realizadas em relação às condições da contratação em termos de necessidades, requisitos, alternativas, escolhas, resultados pretendidos e demais características, que demonstra a viabilidade técnica e econômica da contratação.

5.2. Não obstante, considerando que as informações e instruções contidas nos autos tutelam os requisitos do estudo técnico preliminar, retirando-se assim, a necessidade do ETP.

5.3. Nessa toada, fica dispensado o estudo técnico preliminar, pelos termos expostos, em outras palavras, a referida dispensa do ETP atende plenamente ao interesse público da sociedade, possibilitando, assim, maior celeridade no processo licitatório.

6. MANIFESTAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA QUANTO A JUSTIFICATIVA/COMPROVAÇÃO DO QUANTITATIVO PRETENDIDO

6.1. O quantitativo pretendido do presente termo de referência deu-se em consonância com às averiguações realizadas no patrimônio desta Secretaria, onde foram encontrados Equipamentos INSERVÍVEIS/IRRECUPERÁVEIS conforme abaixo:

ID	BEM	TOMBO SEDAM	ESTADO DE CONSERVAÇÃO
01	SWITCH HP 48 PORTAS	SEM TOMBAMENTO	INSERVÍVEL/IRRECUPERÁVEL
02	SWITCH HP 48 PORTAS	SEM TOMBAMENTO	INSERVÍVEL/IRRECUPERÁVEL
03	SWITCH TRELIS 24 PORTAS	3688	INSERVÍVEL/IRRECUPERÁVEL
04	SWITCH TRELIS 24 PORTAS	3686	INSERVÍVEL/IRRECUPERÁVEL
05	SWITCH TRELIS 24 PORTAS	3681	INSERVÍVEL/IRRECUPERÁVEL
06	SWITCH TRELIS 24 PORTAS	3685	INSERVÍVEL/IRRECUPERÁVEL
07	SWITCH TRELIS 24 PORTAS	3682	INSERVÍVEL/IRRECUPERÁVEL
08	SWITCH TRELIS 24 PORTAS	3687	INSERVÍVEL/IRRECUPERÁVEL
09	SWITCH ENCORE 24 PORTAS	SEM TOMBAMENTO	INSERVÍVEL/IRRECUPERÁVEL
10	SWITCH D-LINK 48 PORTAS	SEM TOMBAMENTO	INSERVÍVEL/IRRECUPERÁVEL
11	SWITCH TELESIS 24 PORTAS	SEM TOMBAMENTO	INSERVÍVEL/IRRECUPERÁVEL
12	SWITCH NORTEL 24 PORTAS	SEM TOMBAMENTO	INVERSÍVEL/IRRECUPERÁVEL
13	SWITCH NORTEL 24 PORTAS	SEM TOMBAMENTO	INVERSÍVEL/IRRECUPERÁVEL
14	SWITCH NORTEL 24 PORTAS	SEM TOMBAMENTO	INVERSÍVEL/IRRECUPERÁVEL
15	SWITCH NORTEL 24 PORTAS	SEM TOMBAMENTO	INVERSÍVEL/IRRECUPERÁVEL
16	SWITCH NORTEL 24 PORTAS	SEM TOMBAMENTO	INVERSÍVEL/IRRECUPERÁVEL
17	SWITCH NORTEL 24 PORTAS	SEM TOMBAMENTO	INVERSÍVEL/IRRECUPERÁVEL
18	SWITCH NORTEL 24 PORTAS	SEM TOMBAMENTO	INVERSÍVEL/IRRECUPERÁVEL
19	SWITCH NORTEL 24 PORTAS	SEM TOMBAMENTO	INVERSÍVEL/IRRECUPERÁVEL
20	SWITCH INTELBRAS 24 PORTAS	SEM TOMBAMENTO	INVERSÍVEL/IRRECUPERÁVEL
21	SWITCH INTELBRAS 24 PORTAS	SEM TOMBAMENTO	INVERSÍVEL/IRRECUPERÁVEL
22	SWITCH 12 PORTAS SFP	SEM TOMBAMENTO	INVERSÍVEL/IRRECUPERÁVEL
23	SWITCH INTELBRAS 24 PORTAS	SEM TOMBAMENTO	INVERSÍVEL/IRRECUPERÁVEL
24	SWITCH INTELBRAS 24 PORTAS	SEM TOMBAMENTO	INVERSÍVEL/IRRECUPERÁVEL
25	SWITCH NORTEL 24 PORTAS	SEM TOMBAMENTO	INVERSÍVEL/IRRECUPERÁVEL
26	SWITCH 3COM 24 PORTAS	SEM TOMBAMENTO	INVERSÍVEL/IRRECUPERÁVEL
27	SWITCH 3COM 24 PORTAS	SEM TOMBAMENTO	INVERSÍVEL/IRRECUPERÁVEL
28	SWITCH 3COM 24 PORTAS	SEM TOMBAMENTO	INVERSÍVEL/IRRECUPERÁVEL
29	SWITCH 3COM 24 PORTAS	SEM TOMBAMENTO	INVERSÍVEL/IRRECUPERÁVEL
30	SWITCH 3COM 24 PORTAS	SEM TOMBAMENTO	INVERSÍVEL/IRRECUPERÁVEL
31	SWITCH 3COM 24 PORTAS	SEM TOMBAMENTO	INVERSÍVEL/IRRECUPERÁVEL
32	SWITCH 3COM 24 PORTAS	SEM TOMBAMENTO	INVERSÍVEL/IRRECUPERÁVEL
33	SWITCH 3COM 24 PORTAS	SEM TOMBAMENTO	INVERSÍVEL/IRRECUPERÁVEL
34	SWITCH 3COM 24 PORTAS	2862	INVERSÍVEL/IRRECUPERÁVEL
35	SWITCH 3COM 24 PORTAS	2213	INVERSÍVEL/IRRECUPERÁVEL
36	SWITCH 3COM 24 PORTAS	2214	INVERSÍVEL/IRRECUPERÁVEL
37	SWITCH 3COM 24 PORTAS	2867	INVERSÍVEL/IRRECUPERÁVEL
38	SWITCH 3COM 24 PORTAS	SEM TOMBAMENTO	INVERSÍVEL/IRRECUPERÁVEL
39	SWITCH D-LINK 16 PORTAS	SEM TOMBAMENTO	INVERSÍVEL/IRRECUPERÁVEL
40	SWITCH D-LINK 16 PORTAS	SEM TOMBAMENTO	INVERSÍVEL/IRRECUPERÁVEL
41	SWITCH TRELIS 12 PORTAS	3678	INVERSÍVEL/IRRECUPERÁVEL
42	SWITCH HP 24 PORTAS	SEM TOMBAMENTO	INVERSÍVEL/IRRECUPERÁVEL
43	SWITCH INTELBRAS 8 PORTAS	SEM TOMBAMENTO	INVERSÍVEL/IRRECUPERÁVEL
44	SWITCH ENCORE 24 PORTAS	SEM TOMBAMENTO	INVERSÍVEL/IRRECUPERÁVEL

6.2. Durante o ano de 2022, a equipe da Comissão de Inventário e Desfazimento de Bens da SEDAM, realizou o levantamento de grande parte do inventário da secretaria, dentre esses, 21 (vinte e um) servidores foram categorizados como **inservível / antieconômico**, (citados no processo [0028.001029/2023-03](#)) no qual de acordo com o [DECRETO N. 24.041, DE 8 DE JULHO DE 2019, Art. 58, Inciso I](#), categoriza-se o estado **antieconômico**: *aquele cuja a manutenção seja onerosa ou referido rendimento seja precário, em virtude de uso prolongado, desgaste prematuro ou obsolescência*;

6.3. Dentre os 25 (vinte e cinco) servidores, 4 (quatro) foram categorizados com o estado de **Irrecuperável**, o que descreve no [Art. 58, Inciso II](#): *irrecuperável: aquele que não pode ser utilizado para o fim a que se destina devido à perda de suas características ou em razão de ser o seu custo de recuperação, mais de cinquenta por*

cento do seu valor de mercado ou de a análise do seu custo e benefício demonstrar ser justificável à sua recuperação;

6.4. Por fim, de acordo com o resultado final do quantitativo de 25 (vinte e cinco) servidores, todos foram categorizados como estado **péssimo**, o que é descrito no **Art. 52, Inciso IV**: *péssimo: qualidade do bem móvel que apresenta avarias que comprometem sua utilização, podendo ser viável ou não à sua reforma.*

6.5. Abaixo consta o Relatório Fotográfico dos Equipamentos Inservíveis ([0040179281](#)):



7. DISTRIBUIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS

ITEM	DESCRIÇÃO	MÉTRICA	QUANTIDADE	NECESSIDADE
01	SWITCH TIPO I	Unidade	04	Os equipamentos devem atender a distribuição das conexões em alta disponibilidade no ambiente de datacenter da SEDAM.
02	SWITCH TIPO II	Unidade	22	Os equipamentos serão para instalação em redes LAN, para o fornecimento de conexão para as estações de trabalho desta SEDAM e atenderá os seguintes locais: <p style="text-align: center;">CPA - 14 (quatorze) Unidades</p> <ul style="list-style-type: none"> • 5 (cinco) Unidades no Térreo; • 5 (cinco) Unidades no 2º PISO lado esquerdo; • 4 (cinco) Unidades no 2º PISO lado direito; <p style="text-align: center;">SEDAM CAMPUS - 7 (sete) Unidade</p> <ul style="list-style-type: none"> • 6 (seis) Unidades no Data Center para conexão das estações de trabalho do edifício de Geociências; • 1 (uma) Unidade no Prédio do GPA, para conexão das estações de trabalho do COPAF/GPA e COPAF/GTRANSP <p style="text-align: center;">ERGAS - 1 (uma) Unidade</p> <ul style="list-style-type: none"> • 1 (uma) Unidade no Escritório Regional Ambiental de Ji-Paraná
03	SWITCH TIPO III	Unidade	16	Os equipamentos serão para instalação em redes LAN, para o fornecimento de conexão para as estações de trabalho de cada Escritório Regional Ambiental desta SEDAM <p style="text-align: center;">SEDAM CAMPUS - 1 (uma) Unidade</p> <ul style="list-style-type: none"> • 1 (uma) Unidade para o Laboratório de Águas • 2 (duas) Unidades para novos prédios em reforma <p style="text-align: center;">ERGAS - 13 (treze) (Ji-Paraná já é atendido no item 11)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ariquemes - 1 (uma) Unidade • Extrema de Rondônia - 1 (uma) Unidade • Buritis - 1 (uma) Unidade • Machadinho do Oeste- 1 (uma) Unidade • Alta Floresta do Oeste - 1 (uma) Unidade • Rolim de Moura - 1 (uma) Unidade • Cacoal - 1 (uma) Unidade • Costa Marques - 1 (uma) Unidade • Guajará Mirim - 1 (uma) Unidade • Colorado do Oeste - 1 (uma) Unidade • Pimenta Bueno - 1 (uma) Unidade • Vilhena - 1 (uma) Unidade • Cerejeiras - 1 (uma) Unidade
04	MÓDULO SFP+	Unidade	40	Os módulos transceivers tem papel na conexão de fibra óptica para itens 1, 2 e 3.. <p style="text-align: center;">CPA - 6 (seis) Módulos</p> <ul style="list-style-type: none"> • 2 (dois) Módulos no Térreo;

				<ul style="list-style-type: none"> • 2 (dois) Módulos no 2° PISO lado esquerdo; • 2 (dois) Módulos no 2° PISO lado direito; <p style="text-align: center;">SEDAM CAMPUS - 20 (vinte) Módulos</p> <ul style="list-style-type: none"> • 18 (treze) Módulos para a interconexão dos switches dentro do Data Center; • 1 (um) Módulo para conexão do switch no COPAF/GPA • 1 (um) Módulo para conexão do switch no laboratório de águas <p style="text-align: center;">ERGAS - 14 (quatorze) Módulos</p> <p style="text-align: center;">14 (quatorze) Módulos para conexão de cada um dos switches dos Escritórios Regionais;</p>
05	CORDÃO OPTICO	Unidade	16	O cordão óptico terá a funcionalidade de interconectar os switches em cada rack do datacenter de forma a ter alta disponibilidade e redundância de links caso haja falha em um dos switches

8. GRUPO (LOTE)

8.1. Não há grupos.

9. DA JUSTIFICATIVA

9.1. Situação Atual :

9.1.1. Considerando que há anos, está SEDAM encontra-se com o parque tecnológico de infraestrutura totalmente defasado, fora de garantia e distante dos padrões necessários para um ideal funcionamento e administração. Nos dias atuais, ainda contamos com um ambiente totalmente inseguro, sem alta disponibilidade, causando indisponibilidade dos serviços, atividade de vários setores e prejuízos financeiros. Todos os servidores de rede que está secretaria dispõe, já estão fora de garantia, o que não garante a funcionalidade total dos negócios caso venha a ocorrer algum defeito físico, o que é considerado alto risco pois alguns equipamentos já vem apresentando alertas.

9.1.2. Durante a administração diária, identificamos diversos equipamentos como switch que ainda estão instalados e provendo serviço, mas que não se adequam as necessidades de hoje para a transmissão dos dados em alta velocidade, dificultado o acesso a sistemas devido a lentidão e não controle que qualidade na transmissão de um pacote, o que muitas vezes causa parada total do equipamento por não suportar tanto tráfego, causando indisponibilidade em setores e gerando reclamações.

9.1.3. A não administração dos switches dos ERGAS (devido ao equipamento não possuir gerência) faz com que está equipe não tenha um controle da saúde e transmissão de dados do equipamento, não podendo realizar configurações ou identificar possíveis problemas que possam estar acontecendo no escritório, o que nos deixa em um cenário muito mais amplo até a identificação de um possível problema e disponibilidade do serviço no local, levando em conta o tempo gasto até a resolução de um problema que poderia ser identificável de forma simples, acaba nos tomando muito tempo e impedindo a realização de outras demandas. Os escritórios em que não há um equipamento de switch, esta funcionando como um hub, equipamento este que não tem a função de rotear pacotes e com alta velocidade, onde simplesmente encaminha o pacote para frente um por vez, causando ainda mais lentidão na rede local.

9.1.4. Considerando a administração dos ativos atuais, ela ocorre de forma descentralizada, devido a não compatibilidade das tecnologias físicas usadas hoje, o que acarreta na perda de tempo dos técnicos na resolução de demandas e serviços solicitados, na implantação de novas tecnologias e funcionalidades para os funcionários desta SEDAM.

9.1.5. Considerando o ambiente tecnológico desta secretaria, onde diariamente estamos expostos e sofremos diversas tentativas de ataque por ameaças e atores cibernéticos, e que não possuímos um ambiente de backup para o resguardo desses dados, é de suma importância para a continuidade dos negócios.

9.1.6. A necessidade de se ter um ambiente totalmente atualizado e compatível com o mercado tecnológico de hoje, se dá para diversos casos de ataques cibernéticos em que grupos de APT (Advanced Persistent Threat) onde indivíduos altamente capacitados focam seus ataques em empresas governamentais, industriais, financeiras por meses se infiltrando em suas redes, extraindo dados sem que nenhum sistema de detecção o identifique, o que acarreta em vazamento de dados e extorsão, trazendo prejuízos financeiros e a manchando a imagem da empresa.

9.2. Escassez de Recursos

9.2.1. Considerando que esta Coordenadoria de Tecnologia da Informação não dispõe de recursos suficientes para a implantação de novos projetos de soluções de software para atender toda a secretaria, não dispõe de um ambiente de infraestrutura para novos testes de aplicação desenvolvidas internamente para que seja entregue um melhor resultado para o usuário final e público externo.

9.2.2. A falta de equipamentos para a distribuição física de cabeamento e da rede lógica para a organização, nos gera muitos problemas devido a falta de funcionalidades que nos auxiliem em uma melhor administração e organização da infraestrutura tando em nosso Data Center, quanto nos Rack's de rede localizados no CPA, o que acaba onerando a equipe na resolução de problemas em uma rede equipamentos não gerenciáveis, de baixa performance e instáveis.

9.2.3. A escassez de armazenamento massivo, traz diversos problemas para o armazenamento de imagens de satélite. As imagens providas gratuitamente pelo governo da Noruega podem ser perdidas, podendo prejudicar o serviço do Geoservice e Geoportal desenvolvidos por esta SEDAM, o que também pode impactar na análise de CAR que é realizada em parceria dos setores: Coordenadoria de Regularização Ambiental Rural - COMRAR e Coordenadoria de Geociências - COGEO.

9.2.4. O Sistema de Cadastro Ambiental Rural - SICAR - atualmente encontra-se com um ambiente massivo de máquinas virtuais que compõe o sistema, mas que indisponde de novos recursos de hardware para uma reestruturação de um novo ambiente de produção integrado a um ambiente de homologação do serviço desenvolvido.

9.2.5. Durante o desenvolvimento de sistemas por esta CTI, foi visto que não há um ambiente de infraestrutura ideal para dar início a construção de servidores virtuais para homologação e teste do sistema em um ambiente profissional que se equipare ao ambiente de produção, fornecendo a o usuário do sistema um ambiente fidedigno e robusto capaz de suportar a aplicação.

9.2.6. Atualmente está SEDAM não conta com um ambiente de backup, responsável pelo armazenamento e segurança dos dados, que visa oferecer um ambiente capaz de ser restaurado de forma rápida e eficiente, capaz de realizar tarefas automáticas oferecendo um controle de segurança para os servidores.

10. DA ENTREGA E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

10.1. Local de Entrega:

10.1.1. A entrega do objeto deste Termo de Referência deverá ocorrer a contar do recebimento da Nota de Empenho, nas dependências da Gerência de Patrimônio e Almoxarifado - GPA, sito à Estrada do Santo Antônio, nº 5323, bairro triangulo, CEP 76805-696, Porto Velho – RO, no horário das 07:30 às 13:30 horas, Porto Velho – RO, no horário das 07:30 às 13:30 horas, sempre através de documento hábil que comprove as quantidades recebidas, indicando o nome e matrícula do responsável pelo recebimento.

10.1.2. A data prevista da entrega deverá ser informada com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas através do telefone (3216-1072 – GPA).

10.1.3. Na entrega dos equipamentos deverão ser observadas as normas e procedimentos usuais relativos à chamada “entrega técnica”, no qual deverão ser informadas todas as especificações do produto, seu uso adequado, bem como observada as condições relativas à garantia e manutenção.

10.1.4. Na entrega dos produtos deverão fazer-se acompanhar, além da nota fiscal/fatura, os respectivos manuais dos equipamentos e do certificado de garantia.

10.2. Prazo/Cronograma de Entrega:

10.2.1. A aquisição será realizada mediante solicitação da SEDAM, conforme a necessidade/demanda.

10.2.2. A entrega deverá ocorrer no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, após o recebimento da nota de empenho e ordem de fornecimento.

10.2.3. Findo o prazo previsto no item anterior, a contratada terá um prazo adicional de até 30 (trinta) dias de tolerância a entrega dos materiais, a critério do ordenador de despesas, desde que, comunique o fato a contratante com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas do término do prazo, acompanhado de justificativa que comprove o impedimento para o cumprimento da obrigação, no qual esta Secretaria por sua vez, decidirá a possibilidade de prorrogação do prazo, ou determinará a cominação das multas cabíveis, que ocorrerá a partir da efetiva notificação.

10.3. Das Condições de Entrega:

10.3.1. Os bens/serviços deverão obedecer as especificações do objeto, bem como todas as outras condições previstas neste Termo de Referência, devendo os mesmos serem produtos originais ou compatíveis com as originais do fabricante.

- 10.3.2. Todos os bens deverão ser entregues em perfeito estado de conservação e utilização.
- 10.3.3. Os bens/serviços, ora licitados devem atender as recomendações da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT (Lei nº 4.150/62), no que couber e, principalmente no que diz respeito aos requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança.
- 10.4. O recebimento conforme a [Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993](#) se dará na forma abaixo:
- 10.4.1. Serão os objetos deste Termo de Referência recebidos **PROVISORIAMENTE** para efeito da verificação da conformidade dos materiais/serviços fornecidos, em relação à qualidade e quantidades conforme especificações exigidas, o prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados da data de sua efetiva entrega;
- 10.5. A **CONTRATADA** deverá entregar o material quando solicitado, de acordo com a necessidade desta Secretaria onde o recebimento do material será:
- 10.5.1. Não serão recebidos ainda que provisoriamente produtos que:
- Sejam entregues para recebimento com as especificações diferentes das contidas neste Termo de Referência;
 - Caso suas embalagens apresentem amassados, rasgados ou qualquer deformidade que possa ter comprometido do produto, ou que apresente defeito.
- 10.6. Serão os objetos deste Termo de Referência recebidos em **DEFINITIVO**, após a comprovação da qualidade e quantidades entregues, conforme especificações exigidas, no prazo máximo de 10 (dez) dias da emissão do **TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO**;
- 10.7. **O recebimento provisório ou definitivo**, não exclui a responsabilidade civil, pela qualidade, correção solidez, e segurança do objeto contratual, nem ético profissional, pela perfeita execução do contrato;
- 10.8. **Se após o recebimento provisório ou definitivo** forem constatados os surgimentos de defeitos que se encontravam ocultos ou não possíveis de se verificar antes do início de utilização estando assim em desacordo com o especificado a empresa será notificada a fazer a sua correção no prazo de 10 (dez) dias úteis, sob pena de lhe ser aplicadas as penalidades cabíveis;
- 10.9. Independente de aceitação, a **CONTRATADA** garantirá a qualidade e segurança dos objetos contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses, bem como oferecer durante todo o prazo de garantia, efetuando a substituição do produto no prazo de 10 dias corridos, evitando assim a descontinuidade dos serviços desta Secretaria.
- 10.10. **Das Condições de Recebimento de Bens**
- 10.10.1. Os bens/serviços deverão obedecer as especificações do objeto, bem como todas as outras condições previstas neste Termo de Referência.
- 10.10.2. O prazo de entrega somente poderá ser prorrogado mediante o cumprimento, pela **CONTRATADA**, dos seguintes requisitos cumulativos:
- solicitação de prorrogação protocolada dentro do prazo de entrega;
 - comprovação documental da ocorrência de motivo imprevisível (caso fortuito, força maior ou fato do príncipe), ocorrido depois da apresentação de sua proposta, que tenha correlação direta de causa e efeito sobre a necessidade do atraso.
- 10.11. Não se admitirá prorrogação se:
- o atraso ocorrer por culpa da **CONTRATADA**;
 - se não cumprir os requisitos da entrega/execução do objeto; ou
 - houver interesse público devidamente justificado nos autos que demonstre ser a escolha mais vantajosa para a administração.
- 10.12. Os bens/serviços, ora licitados devem atender as recomendações da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT ([Lei nº 4.150, de 21 de novembro de 1962](#)), no que couber e, principalmente no que diz respeito aos requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança.
- 10.13. Todos os bens deverão ser entregues em perfeito estado de conservação e utilização.
- 10.14. As faturas de bens ou serviços serão recebidos e analisados pela comissão nomeada através da portaria vigente na data de elaboração deste Termo de Referência, na sede desta SEDAM, sito à Av. Farquar, nº 2986, Bairro Pedrinhas, Edifício Rio Cautário, Curvo 2, 2º andar, CEP 76.801-361 – Porto Velho – RO, telefone nº (69)98482-8704, no horário das 07:30 às 13:30 horas de segunda à sexta.
11. **DO TRATAMENTO DOS DADOS**
- 11.1. O cadastramento dos itens deve estar devidamente alinhado com a Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD, visando maior segurança jurídica ao estado no contrato a ser firmado;
- 11.2. A contratada deve seguir as normas relativas ao tratamento de dados pessoais, incluindo a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e no que couber, as orientações contidas nas normas ABNT NBR ISO/IEC 29151:2020 (estabelece objetivos de controle para atender aos requisitos identificados por uma avaliação de risco e impacto relacionada à proteção de dados pessoais) e ABNT NBR ISO/IEC 27701:2019 (especifica os requisitos e fornece as diretrizes para o estabelecimento, implementação, manutenção e melhoria contínua de um Sistema de Gestão de Privacidade da Informação).
12. **DO PRAZO E CONDIÇÕES DE GARANTIA**
- 12.1. Os equipamentos deverão fazer-se acompanhar da nota fiscal discriminativa para efetivação de sua entrega, bem como o termo de garantia contra defeito de fabricação.
- 12.2. A garantia deverá ser fornecida com prazo mínimo de 36 (trinta e seis) meses para os itens 01, 02, 03 e 04, conforme sugerido na Análise nº 77/2023/SETIC-ASSET ([0040740376](#)), e para o item 05 o prazo de garantia mínima será de 12 (doze) meses, contadas a partir da emissão da nota fiscal/fatura.
- 12.3. O fornecedor deverá efetuar os ajustes e/ou reparos necessários em caso de apresentação de defeitos de fabricação que afetem o seu desempenho ou que impossibilitem o seu uso no prazo máximo de 10 (dez) dias, ou a sua substituição por outro, em igual período após comprovado que o defeito tornará o bem suscetível de maiores desgastes ou torná-lo ineficiente ao uso esperado.
- 12.4. A garantia deverá atender a todos os componentes físicos e lógicos que fazem parte do objeto do presente instrumento;
- 12.5. Em caso de garantia superior ao previsto no subitem 12.2, não poderá esta impor nenhum custo adicional a contratante.
- 12.6. O pedido de substituição ou reparo do objeto, durante o período de garantia, poderá ser formalizado por telefone, e-mail, ofício ou outro meio hábil de comunicação disponibilizado pela CONTRATADA.
13. **DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO**
- 13.1. A execução do Contrato, nos termos do [§ 1º do art. 67 e art. 73, ambos da Lei nº 8.666/93](#), será acompanhada e fiscalizada por servidores da SEDAM-CTI - Coordenadoria de Tecnologia da Informação e Gerência de Contratos, que serão oportunamente designados pela Coordenadoria de Patrimônio Administração e Finanças e/ou Diretoria Executiva e/ou Gabinete.
- 13.2. A responsável pela fiscalização e acompanhamento do processo é **VICTOR DA SILVA TAVARES** - Gerente de Infraestrutura.
- 13.3. Será anotado em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com o recebimento dos objetos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, e atestará as notas fiscais/faturas apresentadas, para fins de pagamento.
- 13.4. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:
- Observar o fiel adimplemento das disposições contratuais;
 - Solicitar a imediata substituição de funcionário da **CONTRATADA** que embaraçar ou dificultar o seu atendimento e a sua fiscalização, a seu exclusivo critério;
 - Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos fornecidos em desacordo com as especificações deste Termo de Referência;
 - Suspender a execução do fornecimento contratados, sem prejuízo das penalidades a que se sujeita a **CONTRATADA**, garantido o contraditório e a ampla defesa.

13.5. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da **CONTRATANTE** ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o [art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993](#).

14. DA HABILITAÇÃO

14.1. Habilitação Jurídica

- a) **No caso de empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) **Em se tratando de microempreendedor individual – MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/>;
- c) **No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- d) **No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte:** certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, segundo determinado pelo Departamento de Registro Empresarial e Integração - DREI, podendo ser substituída por outro documento que comprove o atual enquadramento na condição de microempresa e empresa de pequeno porte, tendo em vista a desburocratização e simplificação da função administrativa do Estado;
- e) **No caso de sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- f) **No caso de cooperativa:** ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971](#);
- g) **No caso de agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social, nos termos do art. 2º, § 3º, do [Decreto n.º 11.476, de 6 de abril de 2023](#).
- h) **No caso de produtor rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução [Normativa RFB nº 971, de 2009 \(arts. 17 a 19 e 165\)](#).
- i) **No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País:** decreto de autorização, e se for o caso, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

14.1.1. Os documentos supramencionados deverão estar acompanhados da última alteração ou da consolidação respectiva.

14.2. Qualificação Técnica

14.2.1. O(s) Atestado(s) de Capacidade Técnica (declaração ou certidão) será(ão) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público e privado, comprovando o desempenho da licitante em contrato pertinente e compatível, face as especificidades do objeto da licitação, convergindo com o dispositivo legal.

14.2.2. O(s) Atestado(s) emitido(s) por pessoa de direito privado, bem como o(s) atestado(s) emitido(s) por pessoa de direito público deverá(rão) constar órgão, cargo e matrícula do emitente, vale ressaltar, que a ausência das informações do órgão, cargo e matrícula do emitente nos atestados de capacidade técnica, não ensejará a imediata inabilitação do licitante, cabendo a promoção de diligência para averiguar a veracidade do documento, conforme previsto no art. 6º e Parágrafo Único da [Orientação Técnica n.º 001/2017/GAB/SUPEL](#), incluído pela [Orientação Técnica n.º 002/2017/GAB/SUPEL](#).

14.2.3. As exigências quanto aos atestados de capacidade técnica estão estabelecidas conforme [art. 3º da Orientação Técnica n.º 001/2017/GAB/SUPEL](#), de 14/02/2017, DOE nº. 38, de 21/02/2017, retificada pela [Orientação Técnica n.º 002/2017/GAB/SUPEL](#), DE 08/03/2017, DOE nº. 46, de 10/03/2017, e [art. 30 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993](#).

14.2.4. Em atenção ao estabelecido na sobredita norma, para a presente aquisição dever-se-á apresentar Atestado de Capacidade Técnica compatível em características de 15% (quinze por cento), para os itens 01, 02 e 03, conforme disposto abaixo:

14.2.4.1. Entende-se por pertinente e compatível em **características** o(s) atestado(s) que em sua individualidade ou soma de atestados, contemplem que a licitante forneceu **o bem com características semelhantes ao** objeto do presente termo de referência, a fim de demonstrar atuação na atividade no ramo de negócio.

14.3. Qualificação Econômico Financeira:

a) **Balanço Patrimonial**, referente ao último exercício social, ou o Balanço de Abertura, caso a licitante tenha sido constituída em menos de um ano, devidamente autenticado ou registrado na Junta Comercial do Estado, para que o(a) Pregoeiro(a) possa aferir se esta possui Patrimônio Líquido (licitantes constituídas há mais de um ano) ou Capital Social (licitantes constituídas há menos de um ano), de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

a.1) No caso do licitante classificado em mais de um item/lote, o aferimento do cumprimento da disposição acima levará em consideração a soma de todos os valores referencias;

a.2) Caso seja constatada a insuficiência de patrimônio líquido ou capital social para a integralidade dos itens/lotos em que o licitante estiver classificado, o Pregoeiro o convocará para que decida sobre a desistência do(s) item(ns)/lote(s) até o devido enquadramento a regra acima disposta;

a.3) As regras descritas nos itens a.1) e a.2) deverão ser observadas em caso de ulterior classificação de licitante que já se consagrou classificado em outro item(ns)/lote(s).

b) **Certidão Negativa de Recuperação Judicial – Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005** (recuperação judicial, extrajudicial e falência) emitida pelo órgão competente, expedida nos últimos 90 (noventa) dias caso não conste o prazo de validade.

b.1) Na hipótese de apresentação de Certidão Positiva de recuperação judicial, o (a) Pregoeiro verificará se a licitante teve seu plano de recuperação judicial homologado pelo juízo, conforme determina o art. 58 da [Lei nº 11.101, de 2005](#).

b.2) Caso a empresa licitante não obteve acolhimento judicial do seu plano de recuperação judicial, a licitante será inabilitada, uma vez que não há demonstração de viabilidade econômica.

14.4. Regularidade Fiscal

14.4.1. Comprovação de regularidade fiscal por meio dos documentos a seguir relacionados:

a) **Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta [nº 1.751, de 02/10/2014](#), do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

b) **Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Estadual**, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;

c) **Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Municipal**, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;

d) **Certidão de Regularidade do FGTS**, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento

e) **Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas**, conforme o caso;

14.5. Regularização Trabalhista

a) **Certidão de Regularidade perante a Justiça do Trabalho - CNDT (Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011, Art. 642-A)**, admitida comprovação também por meio de “certidão positiva, com efeito, de negativa” diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.

14.6. Do cumprimento do disposto no Art. 7º, Inciso XXXIII, Constituição Federal

14.6.1. Apresentar declaração, sob as penas da lei e em cumprimento ao Art. 27, inciso V, da [Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993](#), que não utiliza em trabalho noturno, perigoso ou insalubre mão-de-obra de menores de 18 (dezoito) e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do art. 7º, Inciso XXXIII, [Constituição Federal](#), redação dada pela [Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998](#).

14.7. A apresentação de certidões positivas com efeito de negativa, serão aceitas nas mesmas condições, quanto a sua validade e efeitos, tendo em vista a sua emissão diante da exigência de débito confesso, parcelamento e em fase de adimplemento.

14.8. A Administração, por meio de Comissão ou de servidor(es) designado(s), poderá, ainda, caso haja necessidade, diligenciar para certificação da veracidade das informações acima, ou de quaisquer outras prestadas pela empresa licitante durante o certame, sujeitando o emissor às penalidades previstas em lei caso tenham sido atestadas informações inverídicas, nos termos do artigo 43, § 3º, da Lei Federal 8.666/93.

15. DO SISTEMA ORÇAMENTÁRIO

15.1. As despesas decorrentes para a contratação de empresa especializada no serviço, objeto do presente instrumento, correrão por conta dos recursos consignados no orçamento da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental - SEDAM, conforme a seguinte dotação orçamentária.

15.2. **Unidade Gestora:** 180001 - SEDAM; **Fonte:** 1.708.0.00001 e/ou 2.708.0.00001 - Transferência da União Referente à Compensação Financeira de Recursos Minerais; **P/A:** 2164 - PROMOVER A GESTÃO SOCIOAMBIENTAL SUSTENTÁVEL; **Elemento de Despesa:** 44.90.52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE.

16. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

16.1. O pagamento será efetuado mediante Nota Fiscal de Bens/Serviços certificada pela Comissão de Recebimento de Bens e Serviços e de acordo com os artigos 67 e 73 "I, b" da [Lei nº 8.666, de 1993](#) e suas alterações, que deverão ser apresentadas juntamente com a entrega dos produtos, devendo conter no corpo da referida Nota Fiscal/Fatura, a descrição do objeto, o número do contrato e o número da Conta Bancária da futura **CONTRATADA**, para efetivação do pagamento, conforme disposto no art. 73 da [Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993](#), o qual deverá ser realizado no prazo de até 30 (trinta) dias após a emissão de Termo de Recebimento Definitivo.

16.2. Na hipótese da apresentação de mais de uma nota fiscal/fatura, e, se alguma delas apresentarem erros ou dúvidas quanto à exatidão ou documentação, a **CONTRATANTE** poderá pagar apenas àquela que se encontra correta, no prazo fixado para pagamento, ressalvado o direito da **CONTRATADA** de reapresentar, para cobrança àquelas inexatas devidamente corrigidas, com as justificativas necessárias (nestes casos também a **CONTRATANTE** terá o prazo de até 30 (trinta) dias, a partir do recebimento, para efetuar uma análise e o pagamento).

16.3. A(s) Nota(s) Fiscal (is)/Fatura (s) deverá (ao) vir acompanhada (s) das seguintes comprovações:

- a) da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da [Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993](#);
- b) do cumprimento das obrigações trabalhistas;
- c) do relatório das manutenções realizadas, contemplando a descrição dos serviços, dos itens substituídos.
- d) Serão aceitas as certidões positivas com efeito negativas, podendo ser verificada nos sítios eletrônicos, e demais obrigações legais.
- e) O descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e as relativas ao FGTS ensejará o pagamento em juízo dos valores em débito, sem prejuízo das sanções cabíveis.

16.4. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I=(TX/100)$$

$$365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

16.5. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susado para que a **CONTRATADA** tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir de data da reapresentação do mesmo.

16.6. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, a **ADMINISTRAÇÃO**, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções, ou aceitá-las, com a glosa da parte que considerar indevida.

16.7. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

16.8. A administração não pagará, sem que tenha autorização prévia e formalmente, nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, seja ou não instituições financeiras, à exceção de determinações judiciais, devidamente protocoladas no órgão.

16.9. Os eventuais encargos financeiro, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela empresa de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

16.10. A **ADMINISTRAÇÃO** efetuará retenção, na fonte, dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos à **CONTRATADA**.

17. DOS DEVERES E OBRIGAÇÕES

17.1. Da Contratante

- a) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, nos termos da [Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993](#);
- b) Promover o acompanhamento e o recebimento do objeto, verificando se está em conformidade com o que foi solicitado nas especificações/quantitativos contidos neste Termo.
- c) Permitir o livre acesso dos empregados da **CONTRATADA** às dependências do contratante para tratar de assuntos pertinentes aos serviços contratados;
- d) Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços e/ou objetos realizados em desacordo com o contrato;
- e) Proceder ao pagamento do contrato, na forma e no prazo pactuado;
- f) Comunicar prontamente à **CONTRATADA**, qualquer anormalidade no objeto do instrumento contratual ou equivalente, podendo recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- g) Notificar previamente à **CONTRATADA**, quando da aplicação de sanções administrativa;
- h) Efetuar o pagamento à **CONTRATADA**, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência.
- i) Designar servidor habilitado responsável por acompanhar a realização dos serviços.
- j) Exigir da contratada a prestação das garantias contratuais
- k) Fiel observância ao que tange às prerrogativas da Administração Pública em relação ao Regime Jurídico dos contratos administrativos, consoante ao disposto no art. 58 da Lei 8.666/93.

17.2. Da Contratada/Fornecedor

17.2.1. Além daquelas determinadas por leis, decretos, regulamentos e demais dispositivos legais que regem os procedimentos licitatórios e os princípios da administração pública, nas obrigações da **CONTRATADA**, além das previstas no presente Termo de Referência, também se incluem os dispositivos a seguir:

- a) Assinar o contrato ou retirar a nota de empenho quando convocada a fazê-lo, no prazo máximo de 10 (dez) dias.
- b) Comunicar a **CONTRATANTE**, verbalmente no prazo de 12 (doze) horas e, por escrito, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, quaisquer alterações ou acontecimento que impeçam mesmo temporariamente, de cumprir seus deveres e responsabilidades relativos à execução da Nota de Empenho, total ou parcialmente, por motivo de caso fortuito ou força maior;
- c) Cumprir fielmente o prazo estabelecido no presente Termo de Referência para o fornecimento do objeto constante do mesmo;
- d) Responsabilizar-se, integralmente, pela entrega dos produtos, não podendo repassar nenhum dos itens do presente a terceiros;
- e) Responsabilizarem-se, integralmente, por todos os tributos, taxas e contribuições (inclusive para-fiscais), que direta ou indiretamente, incidam ou vierem a incidir sobre a presente contratação;
- f) Responsabilizar-se pelos atrasos e/ou prejuízos decorrentes de paralisação parcial ou total da entrega dos materiais/bens;
- g) Permitir e oferecer condições para a mais ampla e completa fiscalização durante a vigência do Contrato;
- h) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no TR, informando à Secretaria de Estado de Finanças qualquer adversidade, nos termos do Art. 55, Inciso XIII, da [Lei nº 8.666, de 1993](#);
- i) Responsabilizar-se totalmente e as suas expensas com (impostos, taxas e pessoal) pelo transporte/frete dos bens/materiais até o destino final, bem como, quando apresentar defeitos de qualquer natureza, correrá por conta e risco da **CONTRATADA**;
- j) Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados no concernente ao objeto do presente Termo de Referência, inclusive documentação e atos praticados até o recebimento definitivo e cujas reclamações formalmente realizadas obriga-se a atender prontamente;
- k) Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar à **CONTRATANTE** ou a terceiros, em razão de ação ou omissão dolosa ou culpa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;
- l) Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários e comerciais, bem como pelos custos de frete e de tributos, resultantes da execução do contrato;
- m) Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;
- n) Apresentar Nota Fiscal onde constem detalhadamente indicações de marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia;
- o) Garantir a titularidade e/ou permissão de uso de todo e qualquer direito de propriedade industrial envolvido nos bens, assumindo a responsabilidade por eventuais ações e/ou reclamações, de modo a assegurar à SEDAM a plena utilização dos bens adquiridos, ou a respectiva indenização;
- p) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, [Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 \(Código de Defesa do Consumidor\)](#);
- q) Prestar todo o suporte solicitado, sem ônus para a **CONTRATANTE**, seja via telefone, seja através de correio eletrônico, seja, ainda, presencialmente.
- r) Responsabilizar-se quanto a reparação, correção, remoção, reconstrução ou substituição, no total ou em parte, o objeto em comento caso seja verificado vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou do material empregado, conforme determina o art. 69 da [Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993](#).
- s) pelo adequado tratamento de dados pessoais, seguindo instruções fornecidas pelo Contratante e observando suas próprias instruções e normas sobre a matéria;
- t) pelo registro das operações de tratamento de dados pessoais;
- u) pela guarda de sigilo dos dados pessoais tratados ou por informações de cunho restrito ou confidencial que tenha acesso em decorrência da execução do contrato;
- v) pela formulação de boas práticas e de governança que estabeleçam as condições de organização, o regime de funcionamento, os procedimentos, incluindo reclamações e petições de titulares, as normas de segurança, os padrões técnicos, as obrigações específicas para os diversos envolvidos no tratamento, as ações educativas, os mecanismos internos de supervisão e de mitigação de riscos e outros aspectos relacionados ao objeto do contrato;
- w) pela adoção de medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acesso não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito;
- x) por notificar/informar imediatamente à Contratante os casos de incidentes de segurança da informação que envolvam o objeto de contrato;
- y) pelo descarte seguro dos dados pessoais tratados após o término de seu tratamento;
- z) pelo não compartilhamento dos dados pessoais com outras organizações ou pessoas sem autorização da Contratante e nem tratá-los de forma incompatível com as finalidades do contrato;
- aa) por seguir as normas relativas ao tratamento de dados pessoais, incluindo a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), regulamentações expedidas pela Autoridade nacional de Proteção de Dados Pessoais (ANPD) e pelo Comitê Gestor de Privacidade e proteção de Dados Pessoais do Estado de Rondônia (CGPD); e
- ab) por seguir, no que couber, as orientações contidas nas normas ABNT NBR ISO/IEC 29151:2020 (estabelece objetivos de controle para atender aos requisitos identificados por uma avaliação de risco e impacto relacionada à proteção de dados pessoais) e ABNT NBR ISO/IEC 27701:2019 (especifica os requisitos e fornece as diretrizes para o estabelecimento, implementação, manutenção e melhoria contínua de um Sistema de Gestão de Privacidade da Informação).

18. DA SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO E/OU TRANSFERÊNCIA

18.1. É vedada a subcontratação, cessão e/ou transferência total ou parcial do objeto deste termo de referência.

19. DAS SANÇÕES

19.1. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da [Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993](#), pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à **CONTRATADA** multa de até 10% (dez por cento) sobre a parcela inadimplida.

19.2. Se a adjudicatária recusar-se a retirar o instrumento contratual injustificadamente ou se não apresentar situação regular na ocasião dos recebimentos, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à **CONTRATADA** multa de até 10% (dez por cento) *sobre o valor total adjudicado*.

19.3. A licitante, adjudicatária ou **CONTRATADA** que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o instrumento contratual, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do instrumento contratual, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida a prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados Distrito Federal e Municípios, e será descredenciado no Cadastro de Fornecedores dos Órgãos da Administração Pública e Estadual, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

19.4. A multa, eventualmente imposta à **CONTRATADA**, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, caso a **CONTRATADA** não tenha nenhum valor a receber do Estado, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento seus dados serão encaminhados ao órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa, podendo, ainda a administração proceder à cobrança judicial da multa.

19.5. As multas previstas não eximem a adjudicatária ou **CONTRATADA** da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar a Administração.

19.6. De acordo com a gravidade do descumprimento, poderá ainda a licitante se sujeitar à Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base na legislação vigente.

19.7. A sanção denominada "Advertência" só terá lugar se emitida por escrito e quando se tratar de faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação, cabível somente até a segunda aplicação (reincidência) para a mesma infração, caso não se verifique a adequação da conduta por parte da **CONTRATADA**, após o que deverão ser aplicadas sanções de grau mais significativo.

19.8. São exemplos de infração administrativas penalizáveis, nos termos da [Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993](#), da [Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002](#), do Decretos Estadual 26.182/2021:

- a) Atraso injustificado na execução do contrato;
- b) Inexecução total ou parcial do contrato;
- c) Apresentação de documentação falsa;
- d) Comportamento inidôneo;
- e) Fraude fiscal;
- f) Descumprimento de qualquer dos deveres elencados no Edital ou no Contrato.

19.9. No caso de atraso injustificado na execução do contrato, a **CONTRATADA** estará sujeita à multa de mora, no valor de 0,4% do valor inicial contratado por dia, estando sujeita ainda as outras penalidades previstas neste Termo de Referência e/ou no Contrato, nos termos do art. 86 da [Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993](#).

Art. 86. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato.

§ 1º A multa a que alude este artigo não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas nesta Lei.

§ 2º A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia do respectivo contratado.

§ 3º Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

19.11. As sanções serão aplicadas sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que possa ser acionada em desfavor da **CONTRATADA**, conforme infração cometida e prejuízos causados à administração ou a terceiros.

19.12. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, com percentuais de multa conforme a tabela a seguir, que elenca apenas as principais situações previstas, não eximindo de outras equivalentes que surgirem, conforme o caso:

ITEM	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	GRAU	MULTA*
01	Permitir situação que crie a possibilidade ou cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais; por ocorrência.	06	4,0% por dia
02	Suspender, interromper ou recusar-se, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, a entrega dos produtos e nas condições estabelecidas, por dia e por unidade de atendimento;	05	3,2% por dia
03	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes; por ocorrência.	05	3,2% por dia
ITEM	Para os itens a seguir, deixar de:	GRAU	MULTA*
01	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus anexos, mesmo que não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	03	0,8% por dia
02	Efetuar a entrega dos produtos nos prazos estabelecidos, observadas as condições estabelecidas por este Contrato, por ocorrência.	02	0,4% por dia
03	Ressarcir o órgão por eventuais danos causados por sua culpa, ou de seus prepostos.	02	0,4% por dia
04	Manter a documentação de habilitação atualizada; por item, por ocorrência.	01	0,2% por dia

* incidente sobre a parte inadimplida do contrato"

19.13. As sanções aqui previstas poderão ser aplicadas concomitantemente, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

19.14. Após 30 (trinta) dias da falta de execução do objeto, será considerada inexecução total do contrato, o que ensejará a rescisão contratual.

19.15. As sanções de natureza pecuniária serão diretamente descontadas de créditos que eventualmente detenha a **CONTRATADA** ou efetuada a sua cobrança na forma prevista em lei.

19.16. As sanções previstas não poderão ser relevadas, salvo ficar comprovada a ocorrência de situações que se enquadrem no conceito jurídico de força maior ou casos fortuitos, devidos e formalmente justificados e comprovados, e sempre a critério da autoridade competente, conforme prejuízo auferido.

19.17. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

19.18. A sanção será obrigatoriamente registrada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, bem como em sistemas Estaduais.

19.19. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão licitante e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:

- a) Tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;
- b) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

20. DA PROPOSTA DE PREÇOS

20.1. **A Proposta de Preços** a ser elaborada deverá estar em estrita conformidade com a relação do objeto constante no Termo de Referência e será solicitado à licitante provisoriamente colocada em primeiro lugar a apresentação de folder/prospecto/catálogo do produto ofertado para comprovação das especificações técnicas do objeto. A ausência do fornecimento do folder/prospecto/catálogo do produto ofertado, por si só, não será motivo para desclassificar a proposta da empresa.

20.2. Estar datada, assinada e identificada (nome e cargo) em sua parte final, pelo representante legal da **LICITANTE**, e numeradas em ordem crescente, bem como, rubricada em todas as folhas, com o carimbo padronizado do CNPJ, excetuando-se as folhas timbradas que já contenham impressas tais informações;

20.3. Conter os preços unitários em algarismos arábicos, com no máximo duas casas decimais. Preço total expresso em algarismos arábicos e por extenso, em moeda corrente Nacional;

20.4. A empresa deverá indicar em sua Proposta de Preços os Dados Bancários (Banco, Agência e Conta Corrente), onde serão creditados os respectivos pagamentos, caso seja vencedora do certame.

20.5. Prazo de validade, não inferior a de 90 (noventa) dias, contados a partir da data da entrega das propostas, conforme disposto no Art. 64, § 3º da Lei 8.666/93;

20.6. Nos preços propostos deverão estar computadas todas as despesas necessárias, inclusive custo de materiais, de transportes, seguros de acidentes, de instalações, depreciações, mão-de-obra, impostos, encargos sociais e trabalhistas, remunerações, etc., que constituirão a única, exclusiva e completa remuneração dos serviços;

20.7. Serão desconsideradas as propostas que deixarem de atender no todo, ou em parte, as disposições dos subitens acima;

21. DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS REUNIDAS SOB A FORMA DE CONSÓRCIO

- 21.1. Não poderão participar da presente licitação as empresas interessadas que se apresente em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição.
- 21.2. A vedação à participação de empresas constituídas sob a forma de consórcio se justifica na medida em que nas contratações de serviços e nas aquisições de pequeno vulto não se torna interessante a participação de grandes empresas, sendo comum a competição entre interessadas de pequeno e médio porte, às quais, em sua maioria, apresentam o mínimo exigido no tocante à qualificação técnica e econômico-financeira, condições suficientes para a execução de contratos dessa natureza.
- 21.3. Tendo em vista que é prerrogativa do Poder Público, na condição de contratante, permitir a participação, ou não, de empresas constituídas sob a forma de consórcio, com as devidas justificativas, conforme se depreende da literalidade do texto do artigo 33, da Lei Federal nº 8.666/93, e, ainda, do entendimento contido no Acórdão TCU nº 1316/2010, que atribui à Administração a prerrogativa de autorizar a admissão de consórcios em licitações por ela promovidas, pelos motivos já expostos, conclui-se que a vedação da participação de empresas constituídas em consórcio, neste certame, é o que melhor atende o interesse público, por prestigiar os princípios da competitividade, economicidade e moralidade.

22. DAS EXIGÊNCIAS DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

- 22.1. É de total responsabilidade da **CONTRATADA** o cumprimento das normas ambientais vigentes, no que diz respeito à poluição ambiental e destinação de resíduos;
- 22.2. A **CONTRATADA** deverá tomar todos os cuidados necessários para que não decorra qualquer degradação ao meio ambiente;
- 22.3. A **CONTRATADA** deverá assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas cabíveis para a correção dos danos que vierem a ser causados, caso ocorra passivo ambiental, em decorrência da execução de suas atividades objeto desta licitação;
- 22.4. A **CONTRATADA** deverá cumprir as orientações dispostas no Decreto nº 21.264/2016 e Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, referente aos critérios de Sustentabilidade Ambiental, no que couber.
- 22.5. Deverão ser observados todos os critérios de sustentabilidade ambiental, conforme dispõe o art. 6º do Decreto nº 21.264/2016, descrito abaixo:
- Art. 6º Quando da aquisição de bens poder-se-á exigir os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental:
- I - que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico ou biodegradável;
- II - que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, e que utilize material reciclável de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e
- III - que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada.
- 22.6. A **CONTRATADA** deverá preencher modelo de declaração de sustentabilidade ambiental presente no **ANEXO I** deste Termo de Referência.

23. DO REAJUSTE E REEQUILÍBRIO CONTRATUAL

- 23.1. Os valores contratados serão fixos e irrevogáveis pelo período inferior a um ano, de acordo com o art. 2º, §1º da [Lei nº 10.192, de 14 de fevereiro de 2001](#).
- 23.2. Em obediência ao princípio da anualidade da proposta (art. 3º, §1º da Lei nº 10.192/2001), em caso de eventual reajuste de preços solicitado pela contratada, e desde que transcorrido o prazo de 12 meses da data da apresentação da proposta.
- 23.3. Considerando que o reajuste de preços pode ser efetuado mediante a aplicação de índice – reajuste indexação – ou por meio de demonstração analítica de variação dos custos índices aplicar-se-á aos cálculos o índice IGP-M (Índice Geral dos Preços – Mercado) ou IPC-A (Índice Nacional de Preços ao Consumidor – Amplo), sendo o critério de aplicação, aquele que de forma mais vantajosa se adequar às especificidades do objeto, conforme art. 120 da Lei 8.666/93.
- 23.4. Em caso de reajuste superior a um ano, dever-se-á seguir os trâmites previstos nos **artigos 4º, 5º e 6º** do [DECRETO Nº 25.829, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2021](#):
- Art. 4º O reajuste em sentido estrito, espécie de reajuste nos contratos de obra, fornecimento ou serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra, consiste na aplicação de índice de correção monetária estabelecido no contrato, que retratará a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais.
- § 1º É nula de pleno direito qualquer estipulação de reajuste com periodicidade inferior a 1 (um) ano.**
- § 2º A periodicidade anual nos contratos de que trata o § 1º será contada a partir da data limite para apresentação da proposta ou do orçamento a que essa se referir.
- § 3º Nas hipóteses em que o valor dos contratos de serviços continuados seja preponderantemente formado pelos custos dos insumos, poderá ser adotado o reajuste de que trata este artigo.
- Art. 5º Para fins de adoção de índices pré-fixados de reajuste, os gestores observarão o critério da especialidade e da setorialidade, analisando se para o objeto contratual há índice específico de reajuste.
- § 1º Na falta de índice de reajuste específico para o objeto, poderá ser utilizado os índices oficiais que estabelecem a inflação.
- § 2º Para itens de contrato que necessitem ser reajustados por mais de um índice, as parcelas que compõem esses itens deverão ser desmembrados, passando cada parcela a ser corrigida pelo seu respectivo índice.
- § 3º Em caso de paralisação ou aditamento de prazo em obras públicas, que venha a ultrapassar o prazo previsto em contrato para a execução, ter-se-á que as parcelas contratuais excedentes ao prazo original serão reajustadas pelo índice previsto no instrumento convocatório, desde que devidamente justificado pela contratante e que o contratado não tenha dado causa ao atraso na execução, respeitando a periodicidade anual prevista no art. 4º.
- Art. 6º O pedido de reajuste do contrato deverá ser instruído, observado o art. 15, com os seguintes documentos:
- I - requerimento da contratada devidamente assinado pelo seu responsável;
- II - planilha de custos demonstrando a equação inicial do contrato; e
- III - planilha de custos demonstrando a equação atual do contrato, a qual deverá demonstrar a variação do preço, levando em consideração o índice de reajuste pré-fixado no instrumento convocatório e no contrato.
- § 1º O reajuste poderá ser formalizado por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, em que deverá ser formalizado por termo aditivo.
- § 2º Os reajustes a que o contratado fizer jus e que não forem solicitadas durante a vigência do contrato serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato, salvo se, no caso de prorrogação contratual, constar cláusula específica resguardando o direito do contratado.

- 23.5. As alterações decorrentes de solicitação de reequilíbrio seguirão o disposto no [Decreto n. 25.829/21](#), na [Lei n. 8.666/93](#) e demais normas correlatas.

24. DO ACRESCIMO E SUPRESSÃO

- 24.1. Os acréscimos ou supressões não poderão exceder a 25% do valor inicial atualizado do contrato, conforme estabelece o art. 65 da Lei 8.666/93.
- 24.2. O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

25. JUSTIFICATIVA DA NÃO APLICABILIDADE DA RESERVA DE COTA 25% ME E EPP - [LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006](#)

- 25.1. Não se aplica ao presente caso, haja vista a especificidade dos equipamentos que são oferecidos e fabricados por empresas de grande porte e até mesmo multinacionais. Nesse sentido, o enquadramento da presente reserva poderá ocasionar prejuízos a licitação, bem como a setorial solicitante do equipamento.
- 25.2. O art. 49 da Lei Complementar nº 123/06 proíbe a aplicação do disposto nos seus artigos 47 e 48 quando o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a Administração ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado.
- 25.3. A Súmula 247, do Tribunal de Contas da União, afasta a obrigatoriedade do parcelamento, prevista no art. 23 da Lei nº 8.666/93 – fator que se traduz na ampliação do número de competidores –, em hipóteses que representem prejuízo para o conjunto ou complexo do objeto, conforme citado abaixo:
- É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo *objeto* seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou *perda* de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do *objeto*, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.
- 25.4. A Lei Complementar nº 123/06, tem por incompatível com o interesse público, a exclusividade de participação de entidades de menor porte, em licitação cujo valor estimado não supere R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), sempre que a Administração verifique o risco de prejuízo para o conjunto ou complexo do objeto a ser contratado.
- 25.5. Ademais, a referida lei afasta a exclusividade para o efeito de subcontratação e de reserva de cota de até vinte e cinco por cento do objeto, quando o tratamento privilegiado mostrar-se desvantajoso para a Administração.

25.6. De acordo com o art. 10, inciso II, do Decreto federal nº 8.538/2015, considera-se desvantajosa a contratação quando resultar em preço superior ao valor estabelecido como referência.

25.7. Desta feita neste certame não serão concedidos os benefícios de até 25% (vinte e cinco por cento) para o objeto desta contratação, para pequenas empresas, conforme Artigo 8º e parágrafos, do Decreto Estadual 21.675/2017 e Lei Complementar nº 123/2006, quanto a previsão legal de cota para empresas ME/EPP, constantes deste Termo de Referência (TR).

25.8. A não aplicação visa garantir maior competitividade entre os grandes fornecedores.

26. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

26.1. Após a homologação da licitação, o adjudicatário terá o prazo de 10 dias úteis, contados a partir de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, conforme art. 64, da Lei nº 8.666/93.

26.2. Prazo de vigência do contrato será de até 12 (doze) meses contados da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogado na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº. 8.666/93.

26.3. Em caso de descumprimento de quaisquer das condições estabelecidas no presente instrumento, à rescisão do contrato, seja administrativa ou amigável, será efetuada de acordo com as disposições da Lei nº 8.666, de 1993 e demais ordenamentos jurídicos, pertinentes ao caso.

26.4. A empresa **CONTRATADA**, deverá apresentar como **condição para assinatura do contrato** a declaração, sob as penas da lei e em cumprimento ao artigo 12º da Constituição do Estado de Rondônia, que não possui nenhum vínculo com a administração pública:

Art. 12. Nenhum servidor poderá ser diretor ou integrar conselho de empresa fornecedora do Estado, ou que realize qualquer modalidade de contrato com o Estado, sob pena de demissão do serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes.

27. GARANTIA CONTRATUAL - LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993

27.1. O adjudicatário, no prazo de 5 (cinco dias) após a assinatura do Termo de Contrato, prestará garantia no valor correspondente a 2% (dois por cento) do valor do Contrato, que será liberada de acordo com as condições previstas neste Termo de Referência, conforme disposto no art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, desde que cumpridas as obrigações contratuais, optando por uma das seguintes modalidades:

- a) caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;
- b) seguro – garantia; ou
- c) fiança bancária.

27.2. A garantia contratual não poderá ultrapassar a 5% do valor do contrato, exceto nas contratações de grande vulto (valor superior a R\$ 37.500.000,00) envolvendo alta complexidade técnica e riscos financeiros consideráveis, demonstrados nos autos do processo, hipótese em que o limite pode chegar até 10%.

27.3. A garantia prestada pela Contratada será liberada ou restituída após a execução do contrato, e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente, deduzidos eventuais valores devido à Contratante.

28. DA RESCISÃO CONTRATUAL

28.1. A rescisão contratual consensual será efetuada na seara administrativa, em conformidade com as disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e legislação pertinente.

28.2. A Administração, a qualquer tempo, poderá promover a extinção antecipada do Termo Contratual de forma:

- a) Unilateral, desde que configure qualquer das hipóteses elencadas na Seção V, art. 78, incisos I a XIII, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações;
- b) Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para a administração;
- c) Judicial, nos termos da legislação.

28.3. Este Contrato poderá, ainda, ser rescindido nos seguintes casos:

- a) Decretação de falência ou dissolução da **CONTRATADA**;
- b) Alteração do Contrato Social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da **CONTRATADA**, que, a juízo da **CONTRATANTE**, prejudique a execução deste pacto;
- c) Transferência dos direitos e/ou obrigações pertinentes a este Contrato, sem prévia e expressa autorização da **CONTRATANTE**;
- d) Cometimento reiterado de faltas, devidamente anotadas;
- e) No interesse da **CONTRATANTE**, mediante comunicação com antecedência de 05 (cinco) dias corridos, com o pagamento dos serviços executados até a data comunicada no aviso de rescisão.

29. DA SELEÇÃO, TIPO, MODALIDADE DE LICITAÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

29.1. A **seleção**, contratação e as fases da licitação obedecerão aos ditames da Lei Federal nº 8.666/93 e nº 10.520/2002 suas posteriores alterações.

29.2. Concernente à seleção de empresa para realização da contratação/fornecimento, objeto do presente instrumento, será escolhida levando-se em conta a **modalidade de licitação** do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, que será oportunamente definida pela Superintendência de Licitações do Estado de Rondônia - SUPEL.

29.3. O **critério de julgamento** adotado será o de **MENOR PREÇO POR ITEM**, observadas as exigências contidas neste Termo de Referência e seus anexos quanto às especificações do objeto.

30. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

30.1. As omissões, dúvidas e casos não previstos neste instrumento, serão resolvidos e decididos aplicando-se as regras da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, bem como demais ordenamentos jurídicos correlatos, levando-se sempre em consideração os princípios que regem a Administração Pública.

31. DO FORO

31.1. As questões suscitadas que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas no foro da Comarca de Porto Velho/RO, com a exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, salvo nos casos previstos no art. 102, I, "d", Constituição Federal.

31.2. A Administração utilizar-se-á da aplicação de juízo arbitral para dirimir conflitos relativos a direitos patrimoniais disponíveis, conforme disposto na Lei Estadual 407 e Lei n. 9.307, de 1996, alterada pela Lei Federal n. 13.129, de 2015. Tal medida visa o cumprimento ao Art. 11, do referido diploma legal.

32. ANEXO I

MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL			
PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/2023			
PROPONENTE: _____	ENDEREÇO: _____		
_____	CNPJ: _____	FONE/FAX: _____	

Declaro, sob as penas da [Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981](#), na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade Pregão Eletrônico nº _____/2023, instaurado pelo Processo de nº _____, que atendemos aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente.

Estou ciente da obrigatoriedade da apresentação das declarações e certidões pertinentes dos órgãos competentes quando solicitadas como requisito para habilitação e da obrigatoriedade do cumprimento integral ao que estabelece o art. 6º e seus incisos, da [Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG](#) e [Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012](#), que estabelece critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável.

Estou ciente da obrigatoriedade da apresentação do registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais caso minha empresa exerça uma das atividades constantes no Anexo II da [Instrução Normativa nº 31, de 03 de dezembro de 2009, do IBAMA](#).

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente.

_____ de _____ de 2023.

Nome:

RG/CPF:

Cargo:

ELABORAÇÃO:

JAQUELINE COUTINHO APOLINARIO GIL
Assessor IV

SARA MIDIÃ GOMES PASCOAL
Gerente Administrativa GAD/COPAF/SEDAM

ESPECIFICAÇÃO E REVISÃO TÉCNICA:
RENATA DOS SANTOS LUZ COUTINHO
Coordenadora de Tecnologia da Informação

De acordo e autorizado nos termos da lei:

MARCO ANTÔNIO RIBEIRO DE MENEZES LAGOS
Secretário de Estado do Desenvolvimento Ambiental



Documento assinado eletronicamente por **jaqueline Coutinho Apolinário Gil, Assessor(a)**, em 26/10/2023, às 12:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sara Midia Gomes Pascoal, Gerente**, em 26/10/2023, às 13:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **RENATA DOS SANTOS LUZ, Coordenador(a)**, em 26/10/2023, às 14:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARCO ANTÔNIO RIBEIRO DE MENEZES LAGOS, Secretário(a)**, em 26/10/2023, às 14:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0043016624** e o código CRC **0875473C**.



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental - SEDAM

SAMS

Órgão Requisitante: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental - SEDAM

Processo Administrativo nº [0028.013702/2023-40](#)

Unidade Gestora: 180001 - SEDAM; Fonte: 1.708.0.00001 e/ou 2.708.0.00001 - Transferência da União Referente à Compensação Financeira de Recursos Minerais; P/A: 2164 - PROMOVER A GESTÃO SOCIOAMBIENTAL SUSTENTÁVEL; Elemento de Despesa: 44.90.52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE.

Exposição de Motivo: Aquisição de switches.

ITEM	DESCRIÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	SWITCH TIPO I	<p>SWITCH 48 portas 10GE - 4 x 10G SFP+</p> <ul style="list-style-type: none"> O equipamento deve possuir no mínimo 48 (quarenta e oito) portas 10 Gigabit Ethernet RJ45 para conexão de cabos par trançado 1000BASE-T; Deve ser fornecido com 4 (quatro) slots para conexão de transceivers SFP+ para fibras ópticas multimodo e monomodo com velocidade de 10GE; Deve possuir uma porta RJ45 de console para gerenciamento local; Deve Possuir um slot USB tipo A no painel frontal do switch para fácil gerenciamento de arquivos e imagens; Deve ser do tipo Layer 2 e 3; Deve possuir capacidade de comutação de no mínimo 755,00 milhões de pacotes (mpps) (pacotes de 64 bytes) por segundo; Deve possuir capacidade de comutação de no mínimo 1.030,0 Gigabits (Gbps) por segundo; Deve possuir Jumbo Frame de pelo menos 9000 bytes; <p>Funcionalidades de camada 2</p> <ul style="list-style-type: none"> Deve possuir suporte a implementação de no mínimo 4.094 VLANs conforme os padrões 802.1Q; Deve implementar Spanning Tree por vlan e conforme os padrões IEEE 802.1w (Rapid Spanning Tree) e IEEE 802.1s (Multiple Spanning Tree); Deve suportar no mínimo 8 instâncias por VLAN; Deve possuir funcionalidade de atribuição de VLAN dinâmica via servidor RADIUS juntamente com autenticação de cliente baseada no protocolo 802.1x; Deve possuir a funcionalidade de atribuição de voz automaticamente a uma VLAN específica de voz, e tratado com níveis apropriados de QoS; Deve implementar a funcionalidade de Voice Services Discovery Protocol (VSDP) oferecendo implantação sem toque em toda a rede de terminais de voz e dispositivos de controle de chamadas; Deve implementar Multicast Registration (MVR); Deve implementar a tradução de VLAN para suporte para mapeamento um-para-um de VLAN; Deve implementar os protocolos Generic VLAN Registration Protocol (GVRP) e Generic Attribute Registration Protocol (GARP), para permitir a propagação e a configuração automática de VLANs em um domínio com ponte; Deve implementar a funcionalidade de detecção de link unidirecional (UDLD) para monitorar a conexão física e detectar links unidirecionais causados por fiação incorreta ou falhas de cabo/porta para evitar loops de encaminhamento e buracos negros de tráfego em redes comutadas; Deve implementar a funcionalidade de retransmissão de tráfego DHCP para servidor DHCP em VLAN diferente; Deve Implementar o protocolo Internet Group Management Protocol (IGMP) nas versões 1, 2 e 3; Deve implementar IGMP Querier e IGMP proxy; Deve implementar Detecção de loopback, fornecendo proteção contra loops transmitindo pacotes de protocolo de loop para fora das portas nas quais a proteção de loop foi habilitada, devendo operar independente do STP; Deve permitir no mínimo 16 mil (dezesseis mil) endereços MAC; <p>Funcionalidades de camada 3</p> <ul style="list-style-type: none"> Deve implementar no mínimo 990 rotas estáticas e 128 interfaces IP; Possuir funcionalidade de roteamento Wirespeed para pacotes IPv4 e IPv6; Deve implementar roteamento entre domínios sem classes (CIDR); Deve ter suporte para Routing Information Protocol versão 2 para roteamento dinâmico; Deve implementar roteamento baseado em política para direcionar pacotes para o próximo salto diferente com base na lista de controle de acesso (ACL) IPv4 ou IPv6; Possuir funcionalidade de servidor DHCP IPv4, servindo endereços IP para vários pools/escopos DHCP ; Implementar funcionalidade de retransmissão DHCP para tráfego DHCP entre domínios IP; Implementar funcionalidade de retransmissão do protocolo de datagrama do usuário (UDP), para retransmissão de informações de broadcast em domínios de camada 3 para descoberta de aplicativos ou retransmissão de pacotes Bootstrap Protocol (BOOTP)/DHCP; <p>Outras funcionalidades</p> <ul style="list-style-type: none"> Deve implementar empilhamento de até 4 (quatro) unidades em uma pilha, suportando no mínimo 200 portas gerenciadas com um único sistemas de failover de hardware; Deve possuir failover de pilha rápido, oferecendo alta disponibilidade e perda mínima de tráfego; Deve implementar agregação de links em várias unidades de pilha; Deve implementar gerenciamento de empilhamento plug-and-play; Deve estar disponível o idioma PT-BR em toda a interface de gerenciamento WEB; Deve permitir a configuração de VLANs através da interface web, sendo possível selecionar a porta graficamente; Deve possuir priorização de pacotes (QoS) com 8 (oito) filas de hardware; Deve ser possível a administração e configuração de todo switch sem uso de licença; Deve permitir o envio de (syslog) para um outro servidor, informando a hora exata do acontecimento; Deve possuir suporte ao padrão IEEE 802.3az Energy-Efficient Ethernet que define mecanismos para redução no consumo de energia dos links de rede durante os períodos de baixa utilização; A solução deve permitir o gerenciamento do switch através de aplicação de gerenciamento via dispositivos moveis (smartphones e tablets) compatível com sistemas IOS e Android. O APP deverá estar disponível para download na Google Play Store e Apple APP Store; 	06		

- Deve oferecer um monitoramento para o gerenciamento de ciclo de vida do equipamento;

Eficiência energética

- Deve ser capaz de detectar automaticamente a energia na porta RJ-45;
- Deve ser capaz de desligar automaticamente a porta RJ-45 ao detectar link inativo;
- Deve ser capaz de ajustar a intensidade do sinal com base no comprimento do cabo e reduzir o consumo de energia para cabos mais curtos;
- Deve ser capaz de desligar os LEDs manualmente para economizar o consumo de energia;
- Deve permitir operar em tensões de 110V e 220V de modo automático;

Segurança

- Deve implementar protocolo SSH juntamente com o (SCP);
- Deve implementar protocolo SSH nas versões 1 e 2;
- Deve implementar criptografia SSL para todo tráfego HTTPS permitindo acesso altamente seguro à GUI de gerenciamento baseada em navegador no switch;
- Deve implementar suporte autenticação e contabilidade do Remote Authentication Dial-In User Service (RADIUS), hash MD5; VLAN convidado; VLAN não autenticada, modo de host único/múltiplo e sessões únicas/múltiplas;
- Deve suportar 802.1X baseado em tempo; atribuição dinâmica de VLAN; autenticação MAC;
- A autenticação baseada na Web fornece controle de admissão de rede por meio do navegador da Web para qualquer dispositivo host e sistema operacional;
- Deve implementar STP Bridge Protocol Data Unit (BPDU) Guard;
- Deve implementar STP Root Guard e STP loopback Guard;
- Deve implementar DHCP snooping, para evitar que dispositivos invasores se comportem como servidores DHCP;
- Deve implementar IP Source Guard (IPSG);
- Deve implementar Dynamic ARP Inspection (DAI);
- Deve implementar IP/MAC/Port Binding (IPMB);
- Deve implementar Secure Core Technology (SCT);
- Deve implementar Secure Sensitive Data (SSD) para o gerenciamento de dados confidenciais no switch;
- Deve implementar a funcionalidade de private VLAN para o fornecimento de segurança e isolamento entre as portas do switch, o que ajuda a garantir que os usuários não possam bisbilhotar o tráfego de outros usuários (suportando vários uplinks);
- Deve implementar Layer 2 isolation Private VLAN Edge (PVE) fornecendo isolamento de camada 2 entre dispositivos na mesma VLAN (suportando vários uplinks);
- Deve implementar Port Security sendo capaz de bloquear endereços MAC de origem para portas e limitar o número de endereços MAC aprendidos;
- Deve Implementar autenticação RADIUS e TACACS;
- Deve implementar RADIUS accounting, para controle de contabilidade e investigação de uma determinada sessão, sendo possível ter as métricas de (tempo, pacotes, bytes) utilizados durante a sessão;
- Deve implementar Storm Control, para controle de transmissões, multicast e unicast desconhecidos;
- Deve implementar Prevenção contra ataques DoS (ataques de negação de serviço);
- Deve implementar níveis de privilégios na CLI de no mínimo 1, 7 e 15;
- Deve permitir suporte de no mínimo 1.024 regras de ACL, implementando controle baseado em tempo, MAC de origem e destino, ID da VLAN, endereço IPv4 ou IPv6, protocolo, portas de origem e destino, pacotes ICMP, pacotes IGMP;
- Deve permitir monitoramento SNMP nas versões 1, 2c e 3 com suporte para traps e SNMP versão 3 User-based Security Model (USM);
- Deve Implementar Port mirroring, para análise de tráfego de uma porta ser espelhado em outra porta, com um analisador de rede ou sonda RMON (permitir que no mínimo 8 portas de origem sejam espelhadas em uma porta de destino);
- Deve Implementar VLAN mirroring, para análise de tráfego de uma VLAN seja espelhado em outra porta, com um analisador de rede ou sonda RMON (permitir que no mínimo 8 VLANs sejam espelhadas em uma porta de destino);
- Deve permitir o redirecionamento ou espelhamento de tráfego para uma porta de destino ou sessão de espelhamento com base no fluxo;
- Deve permitir a transferência de arquivos entre switch através do (SCP);
- Deve permitir a configuração e edição de arquivos com editor de texto e baixados para outro switch, facilitando a implantação da configuração em massa;
- Deve implementar o recurso Time-Based Port Management para gerenciamento e configuração de horário com base no agendamento definido;

Serviços e garantia

- O equipamento deve ser fornecido com todos os seus periféricos para a total instalação em um rack;
- Deve ser fornecido cabo de energia obedecendo o padrão NBR 14136;
- O equipamento deve ter altura máxima de 1U, para instalação em rack de 19";
- Garantia mínima de 36 (trinta e seis) meses.

02	SWITCH TIPO II	SWITCH 48 portas 1GE PoE+ - 4 x 1GE SFP+	25
<ul style="list-style-type: none"> • O equipamento deve possuir no mínimo 48 (quarenta e oito) portas Gigabit Ethernet RJ45 para conexão de cabos par trançado 1000BASE-T; • Deve ser fornecido com 4 (quatro) slots para conexão de transceivers SFP+ para fibras ópticas multimodo e monomodo com velocidade de 10GE; • Deve possuir uma porta RJ45 de console para gerenciamento local; • Deve Possuir um slot USB tipo A no painel frontal do switch para fácil gerenciamento de arquivos e imagens; • Deve ser do tipo Layer 2 e 3; • Deve possuir capacidade de comutação de no mínimo 130.90 milhões de pacotes (mpps) (pacotes de 64 bytes) por segundo. • Deve possuir capacidade de comutação de no mínimo 176.0 Gigabits (Gbps) por segundo; • Deve possuir Jumbo Frame de pelo menos 9000 bytes; 			
<h4>Funcionalidades de camada 2</h4>			
<ul style="list-style-type: none"> • Deve possuir suporte a implementação de no mínimo 4.094 VLANs conforme os padrões 802.1Q; • Deve implementar Spanning Tree por vlan e conforme os padrões IEEE 802.1w (Rapid Spanning Tree) e IEEE 802.1s (Multiple Spanning Tree); • Deve suportar no mínimo 8 instâncias por VLAN; • Deve possuir funcionalidade de atribuição de VLAN dinâmica via servidor RADIUS juntamente com autenticação de cliente baseada no protocolo 802.1x; • Deve possuir a funcionalidade de atribuição de voz automaticamente a uma VLAN específica de voz, e tratado com níveis apropriados de QoS; • Deve implementar a funcionalidade de Voice Services Discovery Protocol (VSDP) oferecendo implantação sem toque em toda a rede de terminais de voz e dispositivos de controle de chamadas; • Deve implementar Multicast Registration (MVR); • Deve implementar a tradução de VLAN para suporte para mapeamento um-para-um de VLAN; • Deve implementar os protocolos Generic VLAN Registration Protocol (GVRP) e Generic Attribute Registration Protocol; (GARP), para permitir a propagação e a configuração automática de VLANs 			

- em um domínio com ponte;
- Deve implementar a funcionalidade de detecção de link unidirecional (UDLD) para monitorar a conexão física e detectar links unidirecionais causados por fiação incorreta ou falhas de cabo/porta para evitar loops de encaminhamento e buracos negros de tráfego em redes comutadas;
- Deve implementar a funcionalidade de retransmissão de tráfego DHCP para servidor DHCP em VLAN diferente;
- Deve Implementar o protocolo Internet Group Management Protocol (IGMP) nas versões 1, 2 e 3;
- Deve implementar IGMP Querier e IGMP proxy;
- Deve implementar Detecção de loopback, fornecendo proteção contra loops transmitindo pacotes de protocolo de loop para fora das portas nas quais a proteção de loop foi habilitada, devendo operar independente do STP;
- Deve permitir no mínimo 16 mil (dezesseis mil) endereços MAC;

Funcionalidades de camada 3

- Deve implementar no mínimo 990 rotas estáticas e 128 interfaces IP;
- Possuir funcionalidade de roteamento Wirespeed para pacotes IPv4 e IPv6;
- Deve implementar roteamento entre domínios sem classes (CIDR);
- Deve ter suporte para Routing Information Protocol versão 2 para roteamento dinâmico;
- Deve implementar roteamento baseado em política para direcionar pacotes para o próximo salto diferente com base na lista de controle de acesso (ACL) IPv4 ou IPv6;
- Possuir funcionalidade de servidor DHCP IPv4, servindo endereços IP para vários pools/escopos DHCP ;
- Implementar funcionalidade de retransmissão DHCP para tráfego DHCP entre domínios IP;
- Implementar funcionalidade de retransmissão do protocolo de datagrama do usuário (UDP), para retransmissão de informações de broadcast em domínios de camada 3 para descoberta de aplicativos ou retransmissão de pacotes Bootstrap Protocol (BOOTP)/DHCP;

Outras funcionalidades

- Deve implementar empilhamento de até 4 (quatro) unidades em uma pilha, suportando no mínimo 200 portas gerenciadas com um único sistemas de failover de hardware;
- Deve possuir failover de pilha rápido, oferecendo alta disponibilidade e perda mínima de tráfego;
- Deve implementar agregação de links em várias unidades de pilha;
- deve implementar gerenciamento de empilhamento plug-and-play;
- Deve estar disponível o idioma PT-BR em toda a interface de gerenciamento WEB;
- Deve permitir a configuração de VLANs através da interface web, sendo possível selecionar a porta graficamente;
- Deve possuir priorização de pacotes (QoS) com 8 (oito) filas de hardware;
- Deve ser possível a administração e configuração de todo switch sem uso de licença;
- Deve permitir o envio de (syslog) para um outro servidor, informando a hora exata do acontecimento;
- Deve possuir suporte ao padrão IEEE 802.3az Energy-Efficient Ethernet que define mecanismos para redução no consumo de energia dos links de rede durante os períodos de baixa utilização;
- A solução deve permitir o gerenciamento do switch através de aplicação de gerenciamento via dispositivos moveis (smartphones e tablets) compatível com sistemas IOS e Android. O APP deverá estar disponível para download na Google Play Store e Apple APP Store;
- Deve oferecer um monitoramento para o gerenciamento de ciclo de vida do equipamento;

Eficiência energética

- Deve ser capaz de detectar automaticamente a energia na porta RJ-45;
- Deve ser capaz de desligar automaticamente a porta RJ-45 ao detectar link inativo;
- Deve ser capaz de ajustar a intensidade do sinal com base no comprimento do cabo e reduzir o consumo de energia para cabos mais curtos;
- Deve ser capaz de desligar os LEDs manualmente para economizar o consumo de energia;
- Deve permitir o desligamento da energia PoE com base na programação definida pelo administrador, a fim de economizar energia.
- Deve suportar os padrões 802.3at PoE e 802.3af;
- Deve possuir potência para alimentação PoE de no mínimo 370W para as 48 (quarenta e oito) portas RJ-45;
- Deve permitir operar em tensões de 110V e 220V de modo automático;

Segurança

- Deve implementar protocolo SSH juntamente com o (SCP);
- Deve implementar protocolo SSH nas versões 1 e 2;
- Deve implementar criptografia SSL para todo tráfego HTTPS permitindo acesso altamente seguro à GUI de gerenciamento; baseada em navegador no switch;
- Deve implementar suporte autenticação e contabilidade do Remote Authentication Dial-In User Service (RADIUS), hash MD5; VLAN convidado; VLAN não autenticada, modo de host único/múltiplo e sessões únicas/múltiplas;
- Deve suportar 802.1X baseado em tempo; atribuição dinâmica de VLAN; autenticação MAC;
- A autenticação baseada na Web fornece controle de admissão de rede por meio do navegador da Web para qualquer dispositivo host e sistema operacional;
- Deve implementar STP Bridge Protocol Data Unit (BPDU) Guard;
- Deve implementar STP Root Guard e STP loopback Guard;
- Deve implementar DHCP snooping, para evitar que dispositivos invasores se comportem como servidores DHCP;
- Deve implementar IP Source Guard (IPSG);
- Deve implementar Dynamic ARP Inspection (DAI);
- Deve implementar IP/MAC/Port Binding (IPMB);
- Deve implementar Secure Core Technology (SCT);
- Deve implementar Secure Sensitive Data (SSD) para o gerenciamento de dados confidenciais no switch;
- Deve implementar a funcionalidade de private VLAN para o fornecimento de segurança e isolamento entre as portas do switch, o que ajuda a garantir que os usuários não possam bisbilhotar o tráfego de outros usuários (suportando vários uplinks);
- Deve implementar Layer 2 isolation Private VLAN Edge (PVE) fornecendo isolamento de camada 2 entre dispositivos na mesma VLAN (suportando vários uplinks);
- Deve implementar Port Security sendo capaz de bloquear endereços MAC de origem para portas e limitar o número de endereços MAC aprendidos;
- Deve Implementar autenticação RADIUS e TACACS;
- Deve implementar RADIUS accounting, para controle de contabilidade e investigação de uma determinada sessão, sendo possível ter as métricas de (tempo, pacotes, bytes) utilizados durante a sessão;
- Deve implementar Storm Control, para controle de transmissões, multicast e unicast desconhecidos;
- Deve implementar Prevenção contra ataques DoS (ataques de negação de serviço);
- Deve implementar níveis de privilégios na CLI de no mínimo 1, 7 e 15;
- Deve permitir suporte de no mínimo 1.024 regras de ACL, implementando controle baseado em tempo, MAC de origem e destino, ID da VLAN, endereço IPv4 ou IPv6, protocolo, portas de origem e destino, pacotes ICMP, pacotes IGMP;
- Deve permitir monitoramento SNMP nas versões 1, 2c e 3 com suporte para traps e SNMP versão 3 User-based Security Model (USM);

		<ul style="list-style-type: none"> • Deve Implementar Port mirroring, para análise de tráfego de uma porta ser espelhado em outra porta, com um analisador de rede ou sonda RMON (permitir que no mínimo 8 portas de origem sejam espelhadas em uma porta de destino); • Deve Implementar VLAN mirroring, para análise de tráfego de uma VLAN seja espelhado em outra porta, com um analisador de rede ou sonda RMON (permitir que no mínimo 8 VLANs sejam espelhadas em uma porta de destino); • Deve permitir o redirecionamento ou espelhamento de tráfego para uma porta de destino ou sessão de espelhamento com base no fluxo; • Deve permitir a transferência de arquivos entre switch através do (SCP); • Deve permitir a configuração e edição de arquivos com editor de texto e baixados para outro switch, facilitando a implantação da configuração em massa; • Deve implementar o recurso Time-Based Port Management para gerenciamento e configuração de horário com base no agendamento definido; <p style="text-align: center;">Serviços e garantia</p> <ul style="list-style-type: none"> • O equipamento deve ser fornecido com todos os seus periféricos para a total instalação em um rack; • Deve ser fornecido cabo de energia obedecendo o padrão NBR 14136; • O equipamento deve ter altura máxima de 1U, para instalação em rack de 19"; • Garantia mínima de 36 (trinta e seis) meses. 			
03	SWITCH TIPO III	<p style="text-align: center;">SWITCH 24 portas 1GE PoE+ - 4 x 1GE SFP+</p> <ul style="list-style-type: none"> • O equipamento deve possuir no mínimo 24 (vinte e quatro) portas Gigabit Ethernet RJ45 para conexão de cabos par trançado 1000BASE-T; • Deve ser fornecido com 4 (quatro) slots para conexão de transceivers SFP+ para fibras ópticas multimodo e monomodo com velocidade de 10GE; • Deve possuir uma porta RJ45 de console para gerenciamento local; • Deve Possuir um slot USB tipo A no painel frontal do switch para fácil gerenciamento de arquivos e imagens; • Deve ser do tipo Layer 2 e 3; • Deve possuir capacidade de comutação de no mínimo 95.23 milhões de pacotes (mpps) (pacotes de 64 bytes) por segundo; • Deve possuir capacidade de comutação de no mínimo 128.0 Gigabits (Gbps) por segundo; • Deve possuir Jumbo Frame de pelo menos 9000 bytes; <p style="text-align: center;">Funcionalidades de camada 2</p> <ul style="list-style-type: none"> • Deve possuir suporte a implementação de no mínimo 4.094 VLANs conforme os padrões 802.1Q; • Deve implementar Spanning Tree por vlan e conforme os padrões IEEE 802.1w (Rapid Spanning Tree) e IEEE 802.1s (Multiple Spanning Tree); • Deve suportar no mínimo 8 instâncias por VLAN; • Deve possuir funcionalidade de atribuição de VLAN dinâmica via servidor RADIUS juntamente com autenticação de cliente baseada no protocolo 802.1x; • Deve possuir a funcionalidade de atribuição de voz automaticamente a uma VLAN específica de voz, e tratado com níveis apropriados de QoS; • Deve implementar a funcionalidade de Voice Services Discovery Protocol (VSDP) oferecendo implantação sem toque em toda a rede de terminais de voz e dispositivos de controle de chamadas; • Deve implementar Multicast Registration (MVR); • Deve implementar a tradução de VLAN para suporte para mapeamento um-para-um de VLAN; • Deve implementar os protocolos Generic VLAN Registration Protocol (GVRP) e Generic Attribute Registration Protocol; (GARP), para permitir a propagação e a configuração automática de VLANs em um domínio com ponte; • Deve implementar a funcionalidade de detecção de link unidirecional (UDLD) para monitorar a conexão física e detectar links unidirecionais causados por fiação incorreta ou falhas de cabo/porta para evitar loops de encaminhamento e buracos negros de tráfego em redes comutadas; • Deve implementar a funcionalidade de retransmissão de tráfego DHCP para servidor DHCP em VLAN diferente; • Deve Implementar o protocolo Internet Group Management Protocol (IGMP) nas versões 1, 2 e 3; • Deve implementar IGMP Querier e IGMP proxy; • Deve implementar Detecção de loopback, fornecendo proteção contra loops transmitindo pacotes de protocolo de loop para fora das portas nas quais a proteção de loop foi habilitada, devendo operar independente do STP; • Deve permitir no mínimo 16 mil (dezesesseis mil) endereços MAC; <p style="text-align: center;">Funcionalidades de camada 3</p> <ul style="list-style-type: none"> • Deve implementar no mínimo 990 rotas estáticas e 128 interfaces IP; • Possuir funcionalidade de roteamento Wirespeed para pacotes IPv4 e IPv6; • Deve implementar roteamento entre domínios sem classes (CIDR); • Deve ter suporte para Routing Information Protocol versão 2 para roteamento dinâmico; • Deve implementar roteamento baseado em política para direcionar pacotes para o próximo salto diferente com base na lista de controle de acesso (ACL) IPv4 ou IPv6; • Possuir funcionalidade de servidor DHCP IPv4, servindo endereços IP para vários pools/escopos DHCP; • Implementar funcionalidade de retransmissão DHCP para tráfego DHCP entre domínios IP; • Implementar funcionalidade de retransmissão do protocolo de datagrama do usuário (UDP), para retransmissão de informações de broadcast em domínios de camada 3 para descoberta de aplicativos ou retransmissão de pacotes Bootstrap Protocol (BOOTP)/DHCP; <p style="text-align: center;">Outras funcionalidades</p> <ul style="list-style-type: none"> • Deve implementar empilhamento de até 4 (quatro) unidades em uma pilha, suportando no mínimo 200 portas gerenciadas com um único sistemas de failover de hardware; • Deve possuir failover de pilha rápido, oferecendo alta disponibilidade e perda mínima de tráfego; • Deve implementar agregação de links em várias unidades de pilha; • deve implementar gerenciamento de empilhamento plug-and-play; • Deve estar disponível o idioma PT-BR em toda a interface de gerenciamento WEB; • Deve permitir a configuração de VLANs através da interface web, sendo possível selecionar a porta graficamente; • Deve possuir priorização de pacotes (QoS) com 8 (oito) filas de hardware; • Deve ser possível a administração e configuração de todo switch sem uso de licença; • Deve permitir o envio de (syslog) para um outro servidor, informando a hora exata do acontecimento; • Deve possuir suporte ao padrão IEEE 802.3az Energy-Efficient Ethernet que define mecanismos para redução no consumo de energia dos links de rede durante os períodos de baixa utilização; • A solução deve permitir o gerenciamento do switch através de aplicação de gerenciamento via dispositivos moveis (smartphones e tablets) compatível com sistemas IOS e Android. O APP deverá estar disponível para download na Google Play Store e Apple APP Store.; • Deve oferecer um monitoramento para o gerenciamento de ciclo de vida do equipamento; <p style="text-align: center;">Eficiência energética</p>	16		

		<ul style="list-style-type: none"> • Deve ser capaz de detectar automaticamente a energia na porta RJ-45; • Deve ser capaz de desligar automaticamente a porta RJ-45 ao detectar link inativo; • Deve ser capaz de ajustar a intensidade do sinal com base no comprimento do cabo e reduzir o consumo de energia para cabos mais curtos; • Deve ser capaz de desligar os LEDs manualmente para economizar o consumo de energia; • Deve permitir o desligamento da energia PoE com base na programação definida pelo administrador, a fim de economizar energia. • Deve suportar os padrões 802.3at PoE e 802.3af; • Deve possuir potência para alimentação PoE de no mínimo 370W para as 24 (vinte e quatro) portas RJ-45; • Deve permitir operar em tensões de 110V e 220V de modo automático; <p style="text-align: center;">Segurança</p> <ul style="list-style-type: none"> • Deve implementar protocolo SSH juntamente com o (SCP); • Deve implementar protocolo SSH nas versões 1 e 2; • Deve implementar criptografia SSL para todo tráfego HTTPS permitindo acesso altamente seguro à GUI de gerenciamento baseada em navegador no switch; • Deve implementar suporte autenticação e contabilidade do Remote Authentication Dial-In User Service (RADIUS), hash MD5; VLAN convidado; VLAN não autenticada, modo de host único/múltiplo e sessões únicas/múltiplas; • Deve suportar 802.1X baseado em tempo; atribuição dinâmica de VLAN; autenticação MAC; • A autenticação baseada na Web fornece controle de admissão de rede por meio do navegador da Web para qualquer dispositivo host e sistema operacional; • Deve implementar STP Bridge Protocol Data Unit (BPDU) Guard; • Deve implementar STP Root Guard e STP loopback Guard; • Deve implementar DHCP snooping, para evitar que dispositivos invasores se comportem como servidores DHCP; • Deve implementar IP Source Guard (IPSG); • Deve implementar Dynamic ARP Inspection (DAI); • Deve implementar IP/MAC/Port Binding (IPMB); • Deve implementar Secure Core Technology (SCT); • Deve implementar Secure Sensitive Data (SSD) para o gerenciamento de dados confidenciais no switch; • Deve implementar a funcionalidade de private VLAN para o fornecimento de segurança e isolamento entre as portas do switch, o que ajuda a garantir que os usuários não possam bisbilhotar o tráfego de outros usuários (suportando vários uplinks); • Deve implementar Layer 2 isolation Private VLAN Edge (PVE) fornecendo isolamento de camada 2 entre dispositivos na mesma VLAN (suportando vários uplinks); • Deve implementar Port Security sendo capaz de bloquear endereços MAC de origem para portas e limitar o número de endereços MAC aprendidos; • Deve Implementar autenticação RADIUS e TACACS; • Deve implementar RADIUS accounting, para controle de contabilidade e investigação de uma determinada sessão, sendo possível ter as métricas de (tempo, pacotes, bytes) utilizados durante a sessão; • Deve implementar Storm Control, para controle de transmissões, multicast e unicast desconhecidos; • Deve implementar Prevenção contra ataques DoS (ataques de negação de serviço); • Deve implementar níveis de privilégios na CLI de no mínimo 1, 7 e 15; • Deve permitir suporte de no mínimo 1.024 regras de ACL, implementando controle baseado em tempo, MAC de origem e destino, ID da VLAN, endereço IPv4 ou IPv6, protocolo, portas de origem e destino, pacotes ICMP, pacotes IGMP; • Deve permitir monitoramento SNMP nas versões 1, 2c e 3 com suporte para traps e SNMP versão 3 User-based Security Model (USM); • Deve Implementar Port mirroring, para análise de tráfego de uma porta ser espelhado em outra porta, com um analisador de rede ou sonda RMON (permitir que no mínimo 8 portas de origem sejam espelhadas em uma porta de destino); • Deve Implementar VLAN mirroring, para análise de tráfego de uma VLAN seja espelhado em outra porta, com um analisador de rede ou sonda RMON (permitir que no mínimo 8 VLANs sejam espelhadas em uma porta de destino); • Deve permitir o redirecionamento ou espelhamento de tráfego para uma porta de destino ou sessão de espelhamento com base no fluxo; • Deve permitir a transferência de arquivos entre switch através do (SCP); • Deve permitir a configuração e edição de arquivos com editor de texto e baixados para outro switch, facilitando a implantação da configuração em massa; • Deve implementar o recurso Time-Based Port Management para gerenciamento e configuração de horário com base no agendamento definido; <p style="text-align: center;">Serviços e garantia</p> <ul style="list-style-type: none"> • O equipamento deve ser fornecido com todos os seus periféricos para a total instalação em um rack; • Deve ser fornecido cabo de energia obedecendo o padrão NBR 14136; • O equipamento deve ter altura máxima de 1U, para instalação em rack de 19"; • Garantia mínima de 36 (trinta e seis) meses. 			
04	MÓDULO SFP +	<p style="text-align: center;">Módulo transceiver SFP+ 10G-SR</p> <ul style="list-style-type: none"> • Transceivers SFP+ para conexões de fibras multimodo e monomodo; • Deve possuir conexão para fibra LC DUPLEX; • Deve possuir capacidade de até 10GbE; • Deve ser compatível com o padrão 10GBASE-SR para fibras ópticas de até 400 metros; • Os módulos SFP+ devem ser do mesmo fabricante do switch ofertado visando atender os princípios da padronização descrito no Art 15, I, LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993. • Garantia mínima de 36 (trinta e seis) meses. 	60		
05	CORDÃO ÓPTICO	<p style="text-align: center;">CORDÃO ÓPTICO DE FIBRA 10 METROS LC DUPLEX</p> <ul style="list-style-type: none"> • Comprimento mínimo de 10 metros; • Possuir total compatibilidade com transceivers SFP+ 10GBASE-SR; • Deve possuir conector LC DUPLEX; • Deve ser do tipo OM4; • Deve possuir suporte a distância de 400m para 10Gb / s; • Taxa de Dados Suportados: 1G ~ 40Gbps; • Diâmetro do cabo: 2.0 mm; • Conector-Polimento A deve ser do tipo LC-UPC; • Conector-Polimento B deve ser do tipo LC-UPC; • Deve ser homologado pela Anatel; • Garantia mínima de 12 (doze) meses. 	52		

Local:

Responsável pela cotação da Empresa:

USO EXCLUSIVO DA SEDAM - SUPEL

Valor da Proposta:

Data:	Fone:	Responsável pela cotação da SEDAM	Validade Proposta:	
Banco:			Prazo de Entrega:	
Agência:				
C/C:	Assinatura			

ELABORAÇÃO:

JAQUELINE COUTINHO APOLINARIO GIL
Assessor IV

REVISÃO:

SARA MUDIÃ GOMES PASCOAL
Gerente Administrativa GAD/COPAF/SEDAM

DA REVISÃO DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS:

RENATA DOS SANTOS LUZ COUTINHO
Coordenadora de Tecnologia da Informação

DE ACORDO E AUTORIZADO NOS TERMOS DA LEI:

MARCO ANTÔNIO RIBEIRO DE MENEZES LAGOS
Secretário de Estado do Desenvolvimento Ambiental - SEDAM



Documento assinado eletronicamente por **jaqueline Coutinho Apolinário Gil, Assessor(a)**, em 17/08/2023, às 10:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sara Midia Gomes Pascoal, Gerente**, em 17/08/2023, às 10:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **RENATA DOS SANTOS LUZ, Coordenador(a)**, em 17/08/2023, às 11:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARCO ANTÔNIO RIBEIRO DE MENEZES LAGOS, Secretário(a)**, em 17/08/2023, às 12:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0040942374** e o código CRC **9C0C10AE**.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT.(A)	QUANT. DEST. AMPLA CONCORRÊNCIA (C) - [A-B]	EMP 1	EMP 2	EMP 3	EMP 4	EMP 5	EMP 6	PREÇO MÍNIMO (D)	PREÇO MÉDIO (E)	DESVIO PADRÃO	COEFICIENTE DE VARIAÇÃO	PARÂMETRO UTILIZADO (MÍNIMO/MÉDIO)	SUBTOTAL AMPLA CONCORRÊNCIA (G) - [C X E]	SUBTOTAL GERAL [F + G]
1	SWITCH 48 portas 10GE - 4 x 10G SFP+	UND	6	6	23.657,14	21.952,00	22.990,00	24.699,00	17.749,14	17.682,22	17.682,22	21.454,92	3.031,29	14,13%	MÉDIO	R\$ 128.729,52	R\$ 128.729,52
2	SWITCH 48 portas 1GE PoE+ - 4 x 1GE SFP+	UND	25	25	18.543,60	18.190,00	16.800,00	17.199,00	17.299,00	12.999,00	12.999,00	16.838,43	1.990,94	11,82%	MÉDIO	R\$ 420.960,75	R\$ 420.960,75
3	SWITCH 24 portas 1GE PoE+ - 4 x 1GE SFP+	UND	16	16	8.499,50	7.610,75	9.061,03	7.941,72	10.011,77	12.299,00	7.610,75	9.237,30	1.724,73	18,67%	MÉDIO	R\$ 147.796,80	R\$ 147.796,80
4	Módulo transceiver SFP+ 10G-SR	UND	60	60	1.210,06	1.332,50	1.200,00	2211*	1.214,90	1.238,37	1.200,00	1.239,17	54,04	4,36%	MÉDIO	R\$ 74.350,20	R\$ 74.350,20
5	CORDÃO ÓPTICO DE FIBRA 10 METROS LC DUPLEX	UND	52	52	131,00	NC	NC	138,00	114,28	219,73*	114,28	127,76	12,19	9,54%	MÉDIO	R\$ 6.643,52	R\$ 6.643,52
VALOR TOTAL																R\$	778.480,79

LEGENDA:

NC = Não encontrado

* = Valor excluído por elevar a taxa de desvio padrão acima de 20% conforme estipulado na Portaria nº 029/GAB/SUPEL, de 29 agosto de 2011.

NOTA EXPLICATIVA:

IDENTIFICAÇÃO DAS COTAÇÕES

EMP1 BANCO DE PREÇOS
EMP2 BANCO DE PREÇOS
EMP3 BANCO DE PREÇOS
EMP4 DOMÍNIO PÚBLICO
EMP5 DOMÍNIO PÚBLICO
EMP6 DOMÍNIO PÚBLICO

1) NC

2) As descrições foram reduzidas neste quadro comparativo, porém se encontra completas no termo de referência ().



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Procuradoria Geral do Estado - PGE

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATANTE: ESTADO DE RONDÔNIA, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL – SEDAM, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 63.752.604/0001-04, com sede Av. Farquar, nº 2886, Bairro Pedrinhas, Complexo Rio Madeira, Edifício Rio Cautário, Curvo 2, 2º andar, no Município de Porto Velho/RO, neste ato representada pelo(a) Secretário(a) de Estado, o(a) Sr(a) XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, portador(a) do CPF/MF nº 000.000.000-00;

CONTRATADA: A empresa XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.000.000/0000-00, com sede na Rua (ENDEREÇO), aqui representada pelo(a) Sr(a) XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, portador(a) do CPF/MF nº 000.000.000-00, de acordo com a representação legal que lhe é outorgada (id. 00).

Os Contratantes celebram, por força do presente instrumento, CONTRATO DE (DESCRIÇÃO DO SERVIÇO), o qual se regerá pelas disposições da Lei nº 8.666/1993 e demais normas pertinentes, licitado através da (MODALIDADE DE LICITAÇÃO), vinculando-se aos termos do Processo Administrativo nº 0028.085128/2022-41, e à proposta da CONTRATADA, mediante as seguintes cláusulas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: Aquisição de switches, conforme solicitado pela Gerência de Infraestrutura, visando atender às necessidades desta Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental – SEDAM, conforme especificações detalhadas no TR (id.XXXX).

1.1 Das especificações gerais e quantidades: O detalhamento das especificações técnicas e quantitativas do objeto, serão de acordo com o item X do Termo de Referência (id.XXXX).

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DO LOCAL, PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA/RECEBIMENTO: Os materiais/serviços deverão ser entregues/prestados no local, prazo e condições estabelecidos no item X e somente serão aceitos caso sejam atendidos os subitens XX - XX do Termo de Referência (id.XXXX).

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DA GARANTIA: O Contratado deve fornecer garantia e assistência técnica na forma disciplinada no item X do Termo de Referência (id.XXXX).

4. CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA: Fica aquela estabelecida no item X do Termo de Referência (id. XXX), as quais foram devidamente aprovada pelo ordenador de despesa do órgão requerente (id. XXX).

5. CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR E PAGAMENTO: Ficam aqueles estabelecidos no item X do Termo de Referência (id. XXX), as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente, já estando nele incluídos todos os encargos e demais despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas para o fornecimento do objeto, sejam impostos, taxas, encargos fiscais e comerciais, contribuições previdenciárias, trabalhistas, fundiárias.

Parágrafo único - As formas e condições de pagamento estão descritas no item X do Termo de Referência.

6. CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas com a prestação de que trata o objeto deste Contrato serão aquelas estabelecidas no item X do Termo de Referência (id. XXX).

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE: Além daquelas

determinadas por leis, decretos, regulamentos e demais dispositivos legais, nas obrigações da Contratada também se incluem o disposto no item X do Termo de Referência (id. XXX).

8. CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA: Além daquelas determinadas por leis, decretos, regulamentos e demais dispositivos legais, nas obrigações da Contratada também se incluem o disposto no item X do Termo de Referência (id. XXX).

9. CLÁUSULA NONA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E MULTA: Sem prejuízo das sanções cominadas no artigo 87, I, III e IV da Lei nº 8.666/93 e em demais legislações correlatas, pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada as sanções previstas no item X do Termo de Referência (id. XXX), caso presente alguma das situações ali previstas.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DO REAJUSTE E SUPRESSÃO: Ficam aquelas estabelecidas no item X do Termo de Referência (id. XXX), as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO: O acompanhamento e fiscalização do Contrato serão realizados conforme descritos no item X do Termo de Referência (id. XXX).

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO E/OU TRANSFERÊNCIA: Ficam aquelas estabelecidas no item XX do Termo de Referência (id. XXX), as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO: Em caso de descumprimento de quaisquer das condições estabelecidas neste instrumento, a rescisão do contrato, seja administrativa ou amigável, será efetuada de acordo com as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e demais ordenamentos jurídicos, pertinentes ao caso.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS CASOS OMISSOS: As omissões, dúvidas e casos não previstos neste instrumento, serão resolvidos e decididos aplicando-se as regras da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, bem como demais ordenamentos jurídicos correlatos, levando-se sempre em consideração os princípios que regem a administração pública.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO: As questões decorrentes da execução deste Instrumento que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas no Foro de Porto Velho, capital do Estado de Rondônia, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS ASSINATURAS, DATA DA CELEBRAÇÃO E VISTO DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO: Considerando que a presente avença é celebrada no bojo de processo virtual que tramita no âmbito do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, a data de celebração será correspondente a da aposição da assinatura eletrônica mais recente de qualquer das partes qualificadas no preâmbulo.

Parágrafo único - Este instrumento jurídico foi elaborado na forma do art. 23, I, da LCE 620/2011, segundo as informações e documentos constantes dos autos do processo identificado neste instrumento.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO: Após as assinaturas deste Contrato a Procuradoria Geral do Estado providenciará a publicação de resumo no Diário Oficial do Estado, no prazo legal, sem prejuízo de outras publicações que a CONTRATANTE tenha como necessárias.

Para firmeza e como prova do acordado, é lavrado o presente TERMO DE CONTRATO, que depois de lido e achado conforme é assinado pelas partes, dele sendo extraídas as cópias que se fizerem necessárias para sua publicação e execução, devidamente certificadas pela Procuradoria Geral do Estado – PGE.